

CARTA MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO

**CARACTERIZAÇÃO DA REDE DOS ESPAÇOS
EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA**

Setembro 2011

Ficha Técnica

EQUIPA DE PROJECTO

Luís Grave (Arquitecto – Coordenação)
Ana Rita Rosado (Geógrafa)
Catarina Cardoso (Estagiária de Geografia)
Diogo Barreiras (Geógrafo)
Maria da Graça Serra (Antropóloga)

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros	4
Índice de figuras	4
0 Introdução	5
1 Objectivos e nota metodológica	7
2 O conceito de <i>Espaço Público</i>	9
2.1 A importância do espaço público na gestão urbana	9
2.2 Conceito e definições	10
2.3 Classificação dos espaços públicos	12
3 Espaços públicos em Odivelas	15
3.1 Dinâmica urbanística e populacional	15
3.2 Caracterização dos espaços públicos	21
3.3 Diagnóstico da rede de espaços exteriores de vivência colectiva	29
4 Gestão Operativa dos Espaços Públicos de Vivência Colectiva	38
4.1 Âmbito e tendências na problemática da gestão dos espaços públicos	38
4.2 A situação da gestão do espaço público de vivência colectiva em Odivelas	39
4.2.1 A evolução do investimento em espaço público	39
4.2.2 A delegação das competências de gestão municipal do espaço público	41
4.3 Diagnóstico da gestão operativa dos espaços públicos de vivência colectiva	42
Referências bibliográficas	44
Secção A Peças cartográficas	
Secção B Fichas de caracterização dos espaços exteriores de vivência colectiva	
Secção C Anexos	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Tipologias de Espaço Público	13
Quadro 2	Evolução demográfica 1991, 2001, 2011	15
Quadro 3	Evolução demográfica das freguesias do concelho de Odivelas 1991, 2001, 2011	17
Quadro 4	Distribuição de espaços públicos por freguesia	21
Quadro 5	Peso da área dos espaços públicos em relação ao total da freguesia	22
Quadro 6	Tipologia dos espaços públicos por freguesia	23
Quadro 7	Dados financeiros relativos a investimento em espaços verdes, de 1999 a 2009	40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Metodologia de trabalho aplicada	7
Figura 2	Varição da população por concelho na Grande Lisboa – 1991-2001 e 2001-2011	16
Figura 3	Evolução da população residente no concelho de Odivelas – 1900 a 2001	16
Figura 4	Varição da população no concelho de Odivelas, por freguesia 1991-2001 e 2001-2011	18
Figura 5	Densidade populacional (hab./ha) em Odivelas, por freguesia 2011	18
Figura 6	Densidade populacional em Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	19
Figura 7	Número de fogos por edifício em Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	19
Figura 8	Dimensão média das famílias em Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	20
Figura 9	Distribuição de espaços públicos por freguesia	21
Figura 10	Densidade de espaços públicos (m²/habitante)	22
Figura 11	Tipologia dos espaços públicos por freguesia	23
Figura 12	Localização dos parques infantis em Odivelas	24
Figura 13	Destinatários preferenciais dos espaços públicos	24
Figura 14	Dimensão dos espaços públicos (m²)	25
Figura 15	Capacidade dos espaços públicos (número de utentes)	25
Figura 16	Tipo de envolvente aos espaços públicos	26
Figura 17	Hierarquia da rede municipal de espaços exteriores de vivência colectiva	26
Figura 18	Área de influência dos espaços públicos	27
Figura 19	Integração dos espaços públicos no tecido urbano	27
Figura 20	Estado de conservação e limpeza dos espaços públicos	28
Figura 21	Evolução financeira relativa a investimento em espaços verdes, de 1999 a 2009	40

0 Introdução

Com o presente trabalho pretende dar-se início ao arranque da Carta Municipal do Espaço Público (CMEP), cuja abordagem se inscreve numa perspectiva mais alargada de promoção da regeneração do tecido urbano do município de Odivelas.

Pretende-se, pois, prosseguir uma abordagem assente no espaço público enquanto elemento fundamental do processo de construção e qualificação da cidade.

Neste sentido e considerando a amplitude do conceito de espaço público, optou-se por um trabalho faseado, tendo-se dado início, nesta primeira fase, ao diagnóstico da rede dos espaços exteriores de vivência colectiva.

Entende-se como sendo espaços de vivência colectiva, para o efeito deste projecto, aqueles que estão equipados ou onde ocorrem eventos ou actividades de sociabilidade, designadamente os espaços de uso colectivo pedonal ou afins, de estadia, recreio ou lazer, em contexto de centralidade urbana, de proximidade ou, ainda, de função especializada ou relevante carácter singular, podendo enquadrar-se em contexto urbanizado ou naturalizado, sendo a sua avaliação efectuada numa lógica de rede hierarquizada em articulação com o sistema urbano.

Atendendo à diversidade das características tipológicas e morfológicas do espaço público, muitas possibilidades de estudos complementares ficam assim em aberto. Na verdade, os espaços colectivos exteriores de vivência colectiva constituem um ponto de partida que decorre, naturalmente, da importância que os mesmos podem desempenhar, de forma mais ou menos imediata, na melhoria da qualidade da vida quotidiana das populações urbanas.

Pedro Brandão em O sentido da Cidade propõe uma grelha tipológica de espaços públicos que nos permite identificar uma diversidade significativa de pistas para abordagens complementares futuras. Assim, esta grelha tipológica considera 15 tipologias de espaços públicos assentes em seis referências estruturais: a) Espaços – Traçados; b) Espaços – “paisagem”; c) Espaços – Deslocação; d) Espaços – memória; e) Espaços comerciais; f) Espaços gerados. (BRANDÃO, 2011, P. 35)

Para além desta classificação tipológica é, ainda, de referir a possibilidade de, segundo o mesmo autor, os espaços públicos estarem associados ao desempenho de papéis estratégicos, o que contribui para lhes conferir ou acentuar uma determinada identidade. São seis as estratégias identificadas: 1. Estratégias de conhecimento; 2. Estratégias de legibilidade; 3. Estratégias de apropriação; 4. Estratégias de celebração; 5. Estratégias de projecção e renovação; 6. Estratégias de significação (BRANDÃO, 2011, p. 36)

Assim e circunscrito apenas aos espaços exteriores de vivência colectiva, o presente relatório sistematiza o trabalho de diagnóstico levado a cabo pela EPPDMPEE e encontra-se dividido em três capítulos, para além do capítulo introdutório.

No primeiro capítulo é apresentado o objectivo e metodologia que estiveram na base da condução de todo o trabalho.

No segundo capítulo procede-se a uma abordagem do conceito de espaço público, proporcionando, assim, a contextualização teórica que esteve na origem das opções tomadas e o reforço da importância que este conceito assume na prática da gestão urbana.

No terceiro capítulo, é feita uma caracterização dos espaços públicos de Odivelas e apresentado um diagnóstico por freguesia.

No quarto capítulo é apresentada uma reflexão sobre a gestão operativa dos espaços exteriores de vivência colectiva. Partindo das actuais tendências de gestão deste tipo de espaços, procura-se abordar a situação da gestão destes espaço em Odivelas.

Por fim, são apresentadas três secções: a Secção A contempla as peças cartográficas que resultaram do trabalho efectuado, ou seja, representam todos os espaços exteriores de vivência colectiva de acordo com a classificação tipológica adoptada sobre a planimetria e sobre o ortofotomapa de Odivelas; a Secção B reúne as fichas de caracterização que apresentam os dados de identificação dos espaços, bem como os relativos à própria infra-estrutura, tais como condições de acesso, estacionamento, iluminação, entre outros; e, por fim, a Secção C composta pelos anexos, onde se disponibilizam os documentos de apoio à elaboração deste trabalho.

1 Objectivos e nota metodológica

A *Caracterização da Rede dos Espaços Exteriores de Vivência Colectiva*, desenvolvida no âmbito da CMEP, em curso no GPE/EPPDMPEE, pretende proceder à identificação e caracterização desse tipo de espaços, bem como à sua avaliação qualitativa e níveis de dotação em cada área do município.

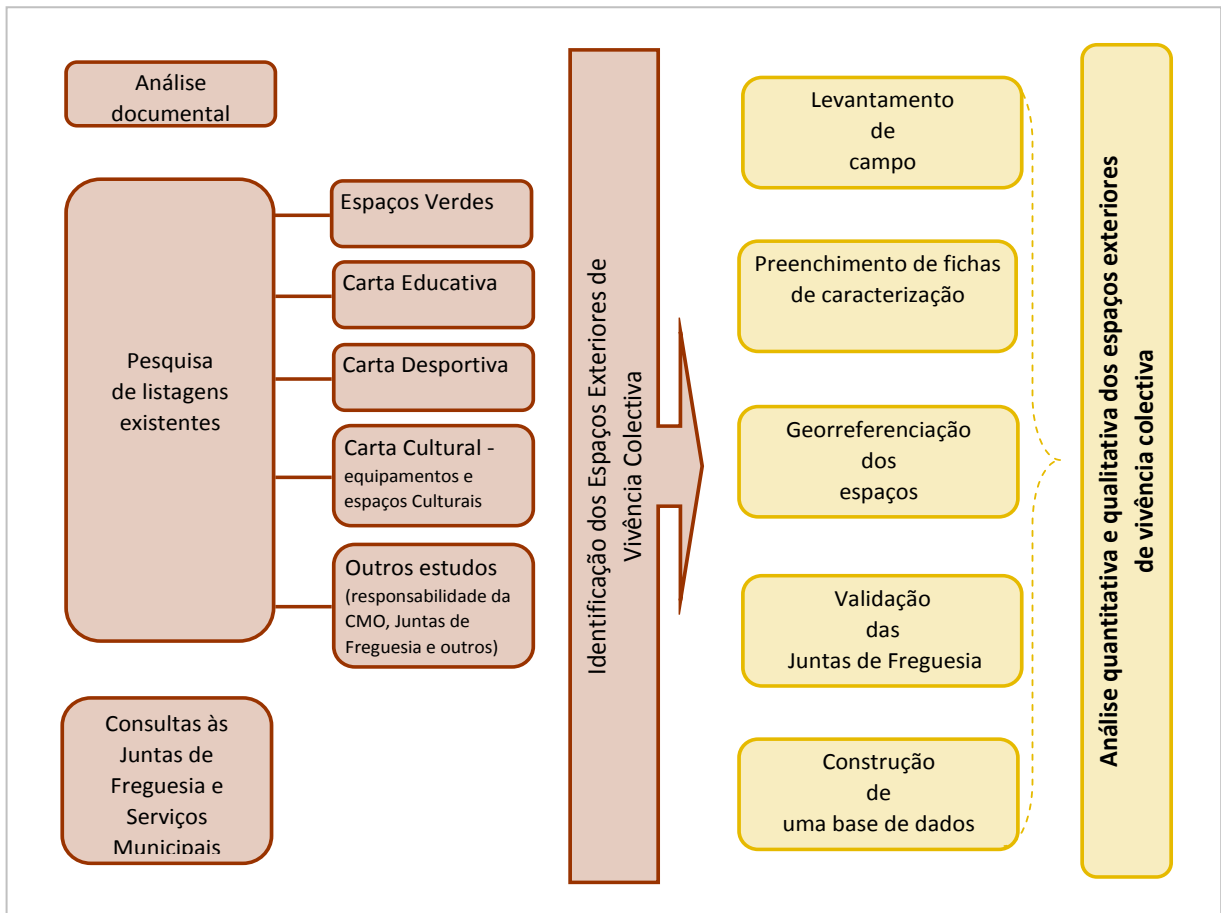
A disponibilidade de espaços públicos de sociabilidade é um factor determinante na qualidade do espaço urbano e na vivência da cidade. A disponibilidade de um instrumento de gestão territorial dedicado especificamente a este tipo de equipamento colectivo permitirá, por um lado, avaliar com satisfatório rigor o nível de serviço à população, em termos quantitativos e qualitativos, por outro proporcionar elementos que permitirão desenvolver um modelo e um sistema de gestão estratégica e economicamente sustentável.

O presente documento constitui uma primeira abordagem do projecto que servirá de base a uma fase seguinte que, em face da adequada avaliação da procura, se constituirá então como proposta de base estratégica para o ordenamento e desenvolvimento da rede enquanto oferta.

O percurso metodológico que esteve na base da elaboração do presente diagnóstico, encontra-se sistematizado na figura 1 e é caracterizado por dois momentos fundamentais:

1. Identificação dos espaços exteriores de vivência colectiva;
2. Análise quantitativa e qualitativa dos espaços identificados.

Figura 1 | Metodologia de trabalho aplicada



A identificação dos espaços exteriores de vivência colectiva foi efectuada a partir de um processo de recolha de informação assente, fundamentalmente, num trabalho de análise documental, pesquisa de listagens de espaços públicos já existentes e consultas às Juntas de Freguesia e diversos serviços municipais.

A análise documental baseou-se na consulta de bibliografia de enquadramento teórico, que permitiu circunscrever o objecto de estudo, e de estudos técnicos sobre o concelho de Odivelas (em particular os Estudos de Caracterização do Território levados a cabo no âmbito do processo de elaboração do PDM).

Uma vez estabilizado o conceito de espaço exterior de vivência colectiva, procedeu-se à pesquisa de listagens de espaços públicos já existentes, com o objectivo de identificar nos diversos domínios de intervenção autárquica os espaços que, não obstante os requisitos específicos a que têm de responder, reunissem também os requisitos de espaço exterior de vivência colectiva.

Foram utilizadas listagens decorrentes de levantamentos de espaços verdes, da Carta Desportiva, da Carta Educativa, da Carta Cultural e de outros instrumentos de apoio à gestão do território, da responsabilidade das respectivas autarquias.

Após consolidada uma lista provisória destes espaços, foi solicitada a colaboração tanto das Juntas de Freguesia, com dos serviços municipais, para uma primeira verificação.

Uma vez identificados os espaços exteriores de vivência colectiva, procedeu-se à sua validação e registo, no sentido de se criarem as condições necessárias ao procedimento de análise (quantitativa e qualitativa) destes espaços.

O processo de validação técnica foi efectuada a partir de um exaustivo trabalho de campo, que decorreu nos meses de Março e Abril de 2011, assente no levantamento de todos os espaços identificados, preenchimento de uma ficha de caracterização, disponível em anexo, acompanhado de registo fotográfico e posterior georreferenciação da informação.

Ulteriormente recorreu-se, também, à validação dos resultados junto de cada uma das Juntas de Freguesia do concelho de Odivelas. É de referir que as reuniões efectuadas com as Juntas de Freguesias tiveram o duplo objectivo de validar os espaços e de recolher informação sobre o modelo de gestão/manutenção deste tipo de espaços por parte destas entidades.

Por fim e uma vez concluída a validação dos espaços exteriores de vivência colectiva, procedeu-se à construção de uma base de dados em Access, adequada à produção dos necessários outputs de apoio ao trabalho de análise, que passou também pela cartografia (com recurso a sistemas de informação geográfica) destes espaços, apresentado no Capítulo 3.3 – Diagnóstico por freguesia, que permitisse identificar linhas de actuação para a melhoria destes espaços.

Este trabalho permitiu, ainda, o arquivo sistematizado de variáveis específicas relacionadas com a infra-estrutura (tais como iluminação ou mobiliário urbano) que excedem o âmbito da presente análise, mas que poderão ser utilizadas por outros serviços municipais mais operacionais ou, mesmo, em intervenções territoriais mais específicas.

2 O conceito de Espaço Público

2.1 A importância do espaço público na gestão urbana

A cidade é um lugar de encontro de pessoas e bens materiais e imateriais, pelo que o espaço público é, por excelência, o palco dessa interacção.

As revoluções políticas dos séculos XVIII e XIX promoveram a democratização do espaço público (FORTUNA, 2005). Com efeito, tem-se assistido à passagem de um espaço reservado e selectivo, para um espaço participado, onde ressaltam questões de bem-estar, cultura urbana e qualidade de governação.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o aumento populacional e o conseqüente incremento de grandes obras de uso colectivo – infra-estruturas, equipamentos e locais de trabalho – contribuíram para essa transformação (LIMA, 2005), o que vem conferir um sentido novo, de urbanidade e de ordem estética, à cidade.

De facto, o papel do “espaço público, como espaço social e recreativo, tem vindo a crescer gradualmente ao longo do tempo” (SERDOURA E SILVA, 2006, p. 7).

Nesse sentido, os espaços públicos devem ser essencialmente espaços de lazer acessíveis a toda a população, ou seja, “lugares de dinâmica cultural onde o lúdico faça ressaltar um conjunto de expressões ou rituais, sinónimos do direito à cidade” (LOPES, 1999, p.1).

O espaço público urbano torna-se, então, um indicador da qualidade da participação cívica e política das cidades, o que justifica a importância da sua qualificação nos processos de regeneração urbana e social.

De forma a combater a degradação e abandono de inúmeras áreas urbanas, a regeneração urbanística e social das cidades impõe-se, constituindo um dos grandes desafios de uma gestão urbana democrática e, conseqüentemente, participada (FORTUNA, 2005).

Os processos de regeneração urbana e social implicam, naturalmente, a intervenção de diversos actores e, também, a criação de *lugares*¹ e não apenas a criação de espaços.

Os espaços públicos são considerados locais de troca, de representação da individualidade e de encontro com o desconhecido. A cidade, em oposição ao conceito tradicional de aldeia, proporciona um sistema social de “integração incompleta”, ou seja, um sistema social em que ninguém conhece completamente o outro (BRUNS-BERENTELG et al., 2010, p.149).

É no espaço público onde se “desenrola a vivência pública da maioria das pessoas” (ARAÚJO, 2007, p.1), uma vez que este engloba praticamente “toda a área para além das suas habitações, nomeadamente ruas, largos, praças, etc., onde quotidianamente os cidadãos se deslocam, convivem e desenvolvem grande parte das suas actividades ao ar livre” (Id., p.1). É nestes espaços que se realizam encontros (não programados, formais e informais) entre as pessoas que habitam e usam a cidade.

¹ *Lugares* no sentido do lugar antropológico de Marc Auge, conceito apresentado no sub-capítulo seguinte.

A qualidade do espaço público passa, por conseguinte, a assumir uma enorme importância e decorre de uma avaliação qualitativa e quantitativa, designadamente “a infra-estruturação e dotação de equipamentos e espaços verdes” (ARAÚJO, 2007, p.1).

A cidade, o espaço público e as pessoas, isto é, os seus utentes, estão intimamente ligados e para melhor responder às “pessoas que usam quotidianamente o espaço público, há que tentar relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de forma a analisar as mudanças culturais e da vida urbana que as pessoas promovem individualmente e em grupo, já que são essas mesmas mudanças que produzem novas necessidades e novos espaços” (SERDOURA E SILVA, 2006, p.7).

Em última análise, podemos afirmar que o espaço urbano “reflete os equilíbrios e as tensões existentes na sociedade, sendo, na prática, resultado do tipo de planeamento adoptado e da importância relativa da iniciativa pública e privada” (SALGUEIRO, 1992, p. 242).

2.2 Conceito e definições

O espaço tem vindo, ao longo dos tempos, a ser objecto de estudo de diversas disciplinas. Não obstante, as diversas abordagens do conceito de espaço remetem, mesmo as mais contemporâneas, para quatro aspectos fundamentais (SILVANO, 2001):

- CATEGORIA DO ENTENDIMENTO, ou seja, o espaço enquanto categoria do entendimento surge como uma representação colectiva que exprime realidades colectivas;
- SUBSTRATO MATERIAL DAS SOCIEDADES, uma vez que o espaço surge indissociável da sociedade que o habita;
- REALIDADE DINÂMICA, ou seja, o espaço enquanto realidade associada às representações e morfologia, levando à complexificação das suas abordagens, através de múltiplos níveis de análise;
- SUPORTE DE MEMÓRIAS, ou seja, o espaço molda e é moldado pelo grupo, fixando as características desse grupo.

Mas de que estamos a falar quando nos referimos a espaço público?

Se para uns o espaço público é simplesmente um vazio entre construções que requer um preenchimento de acordo com determinado tipo de interesses, para outros, este conceito assume um valor ideológico, na medida em que está associado ao lugar de concretização de diversos valores como a democracia, a cidadania, a convivência, o civismo, o consenso e outros valores centrais nas sociedades contemporâneas. (DELGADO, 2011, p. 9-10).

Nesta acepção, o espaço público não é um espaço residual entre os diversos domínios privados, nem um local público pela sua natureza jurídica, nem sequer um circuito de uma rede de circulação com um destino específico – estes locais são “espaços públicos potenciais, que carecem de algo mais para que sejam espaços públicos de cidadania”. (MARQUES, 2010, p. 126).

BRANDÃO em *O sentido da cidade* apresenta o espaço público como « (...) o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e da vivência “comum”, como bem colectivo da comunidade.

Podendo, em última análise, ser ou não de propriedade (e podendo mesmo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso colectivo e socialmente aceite, “uma singularidade que os homens reconhecem facilmente”» (BRANDÃO, 2011, p. 34)

Não obstante a ambiguidade ao nível da definição de *Espaço Público*, decorrente das diversas abordagens que este conceito admite, é possível identificar um conjunto de princípios essenciais e consensuais na sua determinação (REGATÃO, 2010, pp. 27-28):

- Espaço público enquanto “local de livre acesso (...), no qual a liberdade de cada um depende de um conjunto de regras e tradições culturais que foram determinadas ao longo da história”;
- Espaço público “(...) profundamente marcado pelo contexto político”;
- Espaço público, como “território com uma função social”.

O sucesso do espaço público enquanto território político com uma função social decorre de factores como a qualidade estética, funcionalidade, conforto, segurança, o que significa que um verdadeiro espaço público deve ser projectado ou desenhado especificamente para desempenhar essa função.

De facto, “aquilo que mais diferencia a autenticidade de um espaço público é a sua *funcionalidade*, que deve ser abrangente e ao mesmo tempo reflectir as necessidades de cada local” (REGATÃO, 2010, p. 28).

Contudo, na compreensão do conceito de espaço público importa referir o conceito de *não-lugares*, introduzido pelo antropólogo Marc Augé, enquanto espaços que subtraem ou subvertem os princípios que determinaram o carácter do espaço público, introduzindo na abordagem a este conceito novas problemáticas que decorrem, naturalmente, de novas formas de relacionamento do ser humano com o espaço público.

Os *não-lugares* são, então, “espaços públicos impessoais, onde os indivíduos se movimentam orientados por um conjunto de sinais e *textos*, que indicam um determinado percurso ou destino (...), onde o carácter transitório está sempre marcado sobretudo pela presença constante de elementos que fazem referência ao tempo – horários, tabelas – anula qualquer possibilidade de identificação dos utentes com aquele espaço, criando um lugar completamente vazio de significado” (REGATÃO, 2010, p. 29).

Para além do conceito de *não-lugar*, importa ainda considerar a diferenciação entre espaço público, privado e transicionais, na abordagem ao conceito de espaço público.

Para Malcolm Miles, o “modelo binário” de divisão do espaço – espaço público e espaço privado – mostra-se redutor, na medida em que existem espaços que aglutinam características de ambos: “os espaços transicionais (...) têm características do domínio privado e público” (REGATÃO, 2010, p. 31), como os pátios ou varandas.

Este autor identifica, ainda, três problemas associados ao espaço público, enquanto objecto de planeamento urbano e de design:

- o espaço público baseia-se num modelo de cidade convival, que é um modelo contraditório;

- a consideração de que o espaço público é um domínio público, resulta na marginalização do domínio privado;
- a categorização binária do espaço urbano (público e privado) ignora espaços transitórios, que podem ter influência na formação de padrões de sociabilização.

Presentemente, num contexto de globalização, o apelo pelo espaço público decorre da reacção à invasão do espaço público pelo espaço privatizado: *Sony Plaza* em Nova Iorque, *Hay's Galleria* em Londres, centros comerciais, etc. (MILES, 2000, p. 101).

De facto, torna-se por vezes insuficiente a classificação em público ou privado do espaço, sendo de realçar a sua livre acessibilidade, independentemente da sua propriedade.

Pedro Brandão (2002, p. 189) define espaço público como "toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso colectivo", o que engloba as principais características, áreas exteriores de uso colectivo, inerentes ao próprio conceito.

2.3 Classificação dos espaços públicos

Perante uma diversidade de aceções do conceito de espaço público, não seria previsível uma sintonia em torno da classificação deste tipo de espaços.

Com efeito, na actualidade é possível encontrar diversos tipos de espaços públicos, que reflectem uma multiplicidade de usos o que naturalmente justifica a multiplicidade de classificações que os vários autores têm vindo a apresentar.

Por um lado, surgem algumas sistematizações de espaço enquanto domínio público e, por consequência, mais abrangentes, como a de FRANCISCO (2005, pp. 6-7), que considera nove categorias de espaço:

- Corredores e elementos estruturantes – pontes, viadutos e túneis motorizados; avenidas; ruas predominantemente motorizadas; ruas exclusivamente pedonais; ruas de trânsito restrito; rotundas; passagens desniveladas pedonais (aéreas e subterrâneas), ciclovias; eixos ferroviários, entre outros;
- Estações e paragens de transporte público – rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo;
- Estacionamento de transporte privado – silos; parques de estacionamento; lugares de estacionamento;
- Praças, largos e passeios – praças e praças; largos; passeios;
- Espaços comerciais – centros/núcleos comerciais; mercados e largos de feiras;
- Espaços verdes de recreio e lazer – parques urbanos; corredores verdes; jardins e espaços verdes; hortas urbanas; frentes marginais de rio ou de mar; espaços e recintos de recreio e lazer;
- Espaços de transição – espaços intersticiais; logradouro (espaço interior do quarteirão); espaços exteriores dos edifícios e sua envolvente; arcadas; escadarias;
- Infra-estruturas de subsolo – rede de abastecimento de água potável; rede de distribuição de energia eléctrica e de gás; rede de drenagem de águas pluviais e de águas residuais; rede de recolha de resíduos sólidos urbanos; rede de semáforos; rede de telecomunicações e cabos de televisão;
- Outros espaços – cemitérios, entre outros.

Por outro lado, numa análise mais detalhada, os espaços públicos livres podem ser espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou um parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica) (FURTADO, 2008, p. 28).

Podemos destacar um conjunto de espaços públicos urbanos com maior peso na cidade (FURTADO, 2008, p.29):

- Ruas (exclusivamente pedonais; percursos/eixos pedonais; predominantemente motorizadas; de tráfego restrito);
- Praças/largos (praças/pracetas; pequenos largos; *corporate plaza*);
- Memoriais (espaços/recintos públicos que memorizam acontecimentos ou personagens importantes);
- Mercados e feiras/espaços comerciais (largos de mercados e de feiras; centros/núcleos comerciais centrais);
- Espaços verdes (parques urbanos; jardins; recintos/pátios; *neighborhood park*; vias verdes; espaços intersticiais; frentes marginais de rio ou mar; *community open spaces*).

Pedro Brandão, ao definir espaço público como o elemento fundador da forma urbana que configura a vivência comum e, independentemente da sua propriedade, pressupõe um regime de utilização livre confinado a padrões de uso socialmente aceites, abre caminho para uma grelha tipológica reveladora do valor e significado urbano de cada espaço.

A identidade urbana varia de acordo com as características tipológicas e morfológicas do espaço público, mas também com “os significados, através dos elementos que transmitem informação simbólica, tanto nas formas tradicionais como nas novas tendências, configurando uma crescente diversidade e complexidade da identidade.” (BRANDÃO, 2008, p.18)

Este autor propõe uma lista de 15 tipologias organizadas a partir de 6 elementos estruturais, conforme expresso no quadro 1.

Quadro 1 | Tipologias de Espaço Público

Elementos Estruturais		Tipologias de espaço público
Traçado	Encontro Circulação	1 Largos, praças 2 Ruas, avenidas
Paisagem	Lazer Contemplação	3 Jardins, parques 4 Miradouros, panoramas
Deslocação	Transporte Canal Estacionamento	5 Estações, paragens, interfaces 6 Vias-férreas, auto-estradas 7 'Parking', silos
Memória	Saudades Arqueologia Memoriais	8 Cemitérios 9 Industrial, agrícola, serviços 10 Espaços monumentais
Economia	Semi-interiores Semi-exteriores	11 Mercados, centros comerciais, arcadas 12 Mercado levante, quiosques, toldos
Espaço gerado	Por edifícios Por equipamentos Por sistemas	13 Adro, passagem, galeria, pátio 14 Culturais, desportivos, religiosos, infantis 15 Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: BRANDÃO (2008), p. 19

Já em 2002, BRANDÃO tinha proposto a seguinte classificação de espaços públicos, admitindo, no entanto, a existência de outras situações (pp. 25-28):

- Parques urbanos, jardins públicos e áreas ajardinadas de enquadramento;
- Avenidas e ruas;
- Praças, largos, pracetas, terreiros e recintos multifuncionais (áreas polivalentes);
- Espaços canais – vias férreas, auto-estradas e vias rápidas e espaços públicos (cobertos ou não) associados a estes espaços;
- Parques de estacionamento;
- Margens fluviais e marítimas.

Tendo em conta a heterogeneidade de espaços públicos e os diferentes papéis que assumem na vivência urbana, optou-se por tratar, numa primeira fase, de locais de uso colectivo, que proporcionem a sociabilidade dos seus utentes, ou seja, o encontro, a estadia, o recreio ou lazer.

Deste modo, e partindo da referida classificação de Brandão (2008, p.19), foram considerados, para efeitos deste estudo, os seguintes espaços exteriores de vivência colectiva, tal como enunciados na introdução:

- Largo, praça, terreiro;
- Jardim, parque;
- Adro, passagem, galeria, pátio;
- Parque infantil;
- Outras situações.

3 Espaços públicos em Odivelas

3.1 Dinâmica urbanística e populacional

Nas últimas duas décadas tem vindo a registar-se um crescimento da população residente, quer em termos nacionais (os 9.867.147 habitantes em 1991 passaram para 10.555.853 em 2011), quer regionais: na região de Lisboa verificou-se um aumento superior a 5% e na Grande Lisboa assistiu-se a um acréscimo demográfico de 3,6% entre 1991-2001 e de 4,7% de 2001 a 2011, ultrapassando nesta última data os 2 milhões de habitantes.

Quadro 2 | Evolução demográfica | 1991, 2001, 2011

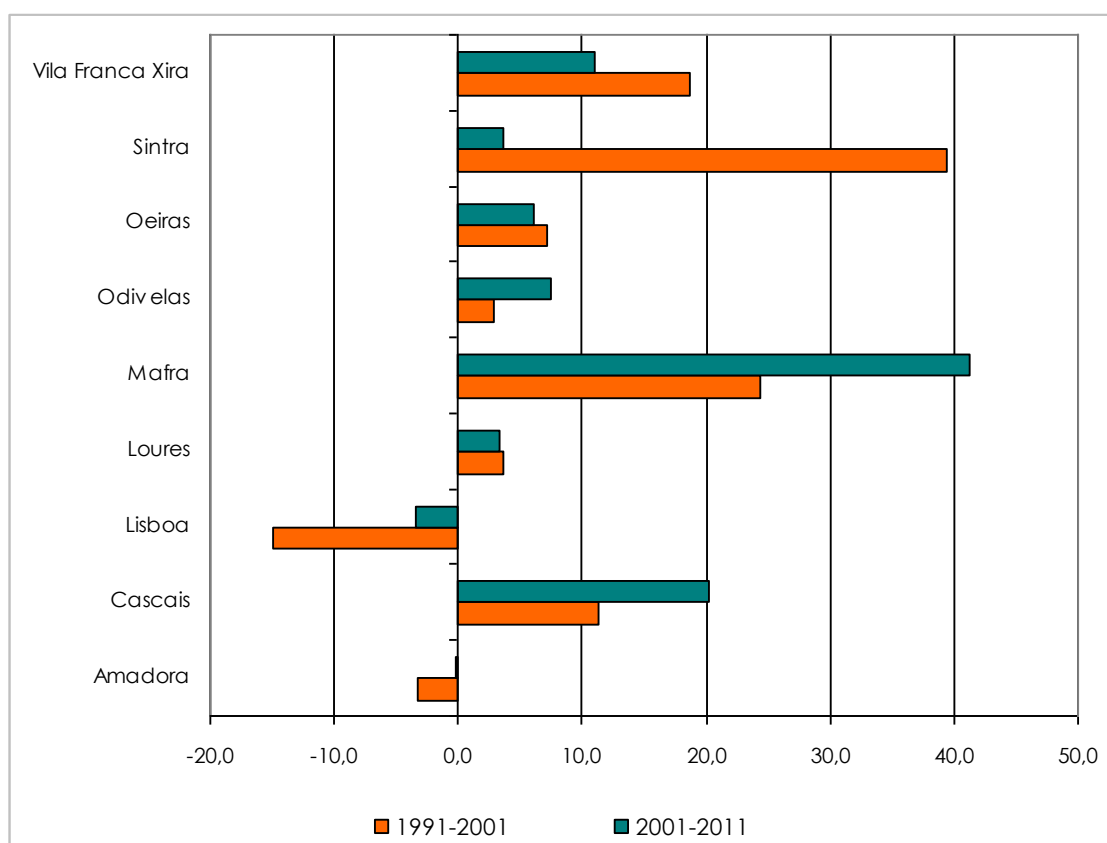
	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	1991-2001		2001-2011	
				N.º	%	N.º	%
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.555.853	488.970	5,0	199.736	1,9
Lisboa	2.520.708	2.661.850	2.815.851	141.142	5,6	154.001	5,8
Grande Lisboa	1.880.215	1.947.261	2.037.823	67.046	3,6	90.562	4,7
Amadora	181.774	175.872	175.558	-5.902	-3,2	-314	-0,2
Cascais	153.294	170.683	205.117	17.389	11,3	34.434	20,2
Lisboa	663.394	564.657	545.245	-98.737	-14,9	-19.412	-3,4
Loures	192.143	199.059	205.577	6.916	3,6	6.518	3,3
Mafra	43.731	54.358	76.749	10.627	24,3	22.391	41,2
Odivelas	130.015	133.847	143.755	3.832	2,9	9.908	7,4
Oeiras	151.342	162.128	172.063	10.786	7,1	9.935	6,1
Sintra	260.951	363.749	377.249	102.798	39,4	13.500	3,7
Vila Franca Xira	103.571	122.908	136.510	19.337	18,7	13.602	11,1

Fonte: INE, (2011), INE (2001), INE (1991).

No contexto da Grande Lisboa, verificam-se situações bastante heterogéneas em termos demográficos. De facto, os municípios apresentam evoluções muito diferenciadas, sendo possível observar o seguinte:

- Lisboa continua a perder habitantes, ainda que a um ritmo inferior nesta última década, de -14,9% de variação entre 1991 e 2001 passou para -3,4% em 2001-2011, tendência demográfica semelhante à da Amadora, não obstante neste último caso começar a observar-se uma tendência para a estagnação dos quantitativos populacionais;
- Os concelhos de Oeiras, Loures e Odivelas têm registado nestas duas décadas em análise um ligeiro aumento populacional, tendo este último um acréscimo mais acentuado no período 2001-2011, dinâmica de crescimento consentânea com a da Grande Lisboa (de 5,6% e de 5,8%, respectivamente);
- Sintra (40%) e Vila Franca de Xira (19%) foram os municípios com maiores acréscimos populacionais no período 1991-2001, verificando-se na última década uma diminuição do ritmo de crescimento, de 3,7% e de 11,1%, respectivamente;
- Mafra e Cascais são os municípios da Grande Lisboa que apresentam a maior taxa de crescimento populacional nos últimos 10 anos, com 41,2% e 20,2%, respectivamente.

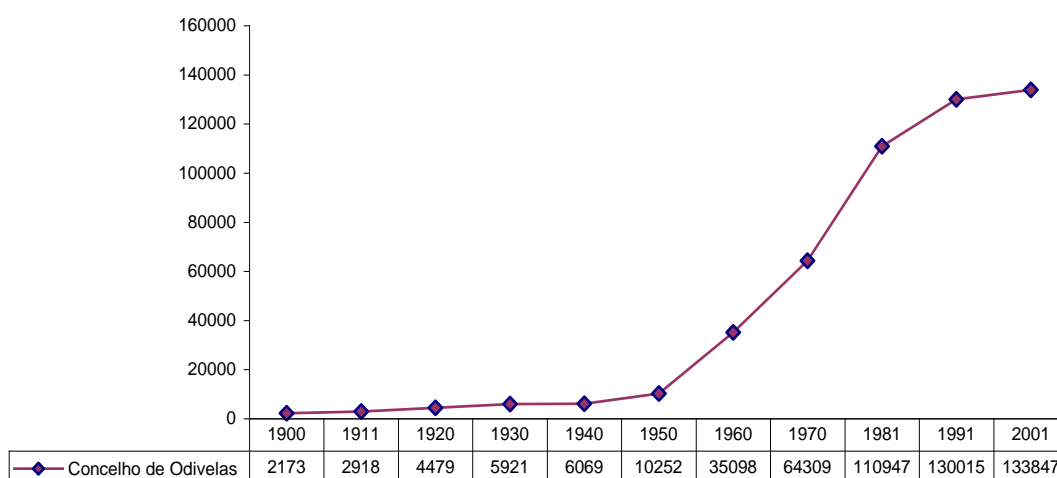
Figura 2 | Variação da população por concelho na Grande Lisboa – 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: INE, (2011), INE (2001), INE (1991).

Em termos de evolução da população residente no último século, o concelho de Odivelas registou um "(...) crescimento abrupto a partir da década de 50, altura em que se acentuam as migrações internas no nosso país – importantes contingentes de imigrantes dirigem-se às metrópoles ocupando as suas cinturas externas – e que determinam de forma marcante o território nacional (...)².

Figura 3 | Evolução da população residente no concelho de Odivelas – 1900 a 2001



Fonte: CMO/DPE (2004) – “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, volume 1”, p. 19.

² In CMO/DPE (2004) – “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, volume 1”, p. 18.

Actualmente, o município de Odivelas conta com 143.755 habitantes, o que representa cerca de 7% dos residentes da Grande Lisboa, que, por sua vez, concentra cerca de 1/5 da população nacional.

Quadro 3 | Evolução demográfica das freguesias do concelho de Odivelas | 1991, 2001, 2011

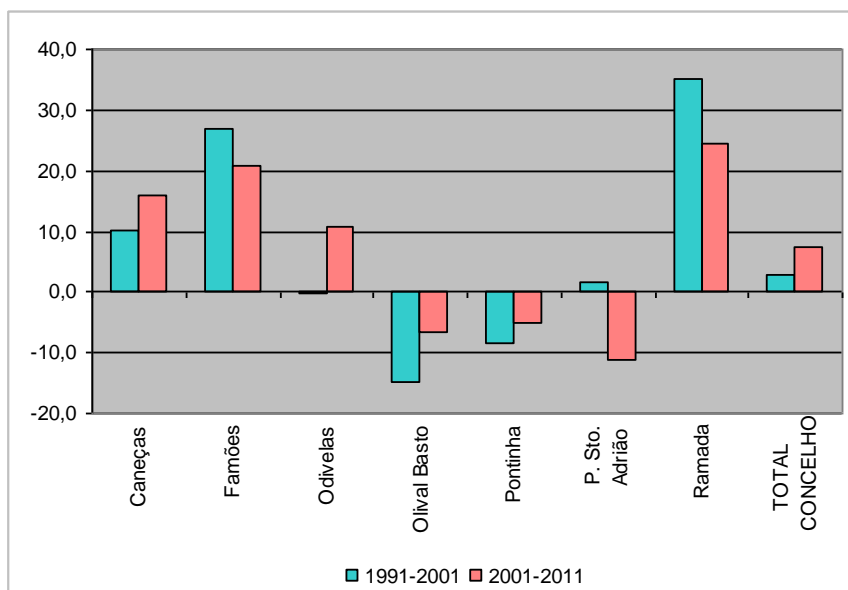
	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	2001-1991		2011-2001	
				N.º	%	N.º	%
Caneças	9664	10647	12346	983	10,2	1.699	16,0
Famões	7092	9008	10885	1.916	27,0	1.877	20,8
Odivelas	53531	53449	59172	-82	-0,2	5.723	10,7
Olival Basto	7346	6246	5840	-1.100	-15,0	-406	-6,5
Pontinha	26252	24023	22824	-2.229	-8,5	-1.199	-5,0
P. Sto. Adrião	14463	14704	13047	241	1,7	-1.657	-11,3
Ramada	11667	15770	19641	4.103	35,2	3.871	24,5
TOTAL	130015	133847	143755	3.832	2,9	9.908	7,4

Fonte: INE, (2011), INE (2001), INE (1991).

No entanto, o crescimento populacional de Odivelas não se tem processado de igual forma em todo o território do município, pelo que se justifica uma análise mais pormenorizada de cada uma das freguesias:

- Olival Basto e Pontinha são as freguesias que mantêm em 2001-2011 o decréscimo populacional verificado na década anterior, ainda que com taxas inferiores (de -6,5% e de 5%, respectivamente);
- A freguesia da Póvoa de Santo Adrião (-11,3%) foi aquela que apresentou uma dinâmica de crescimento mais negativa, em relação à década anterior, onde já evidenciava alguns sinais de estagnação do volume populacional (1,7%);
- As freguesias que apresentam uma evolução positiva superior relativamente à década 1991-2001 são Caneças (16%) e Odivelas (10,7%);
- Ramada (24,5%) e Famões (20,8%) registam as taxas de crescimento populacional mais elevadas entre 2001 e 2011, apesar de ligeiramente inferiores à variação populacional verificada no período 1991-2001, de 35,2% e 27%, respectivamente.

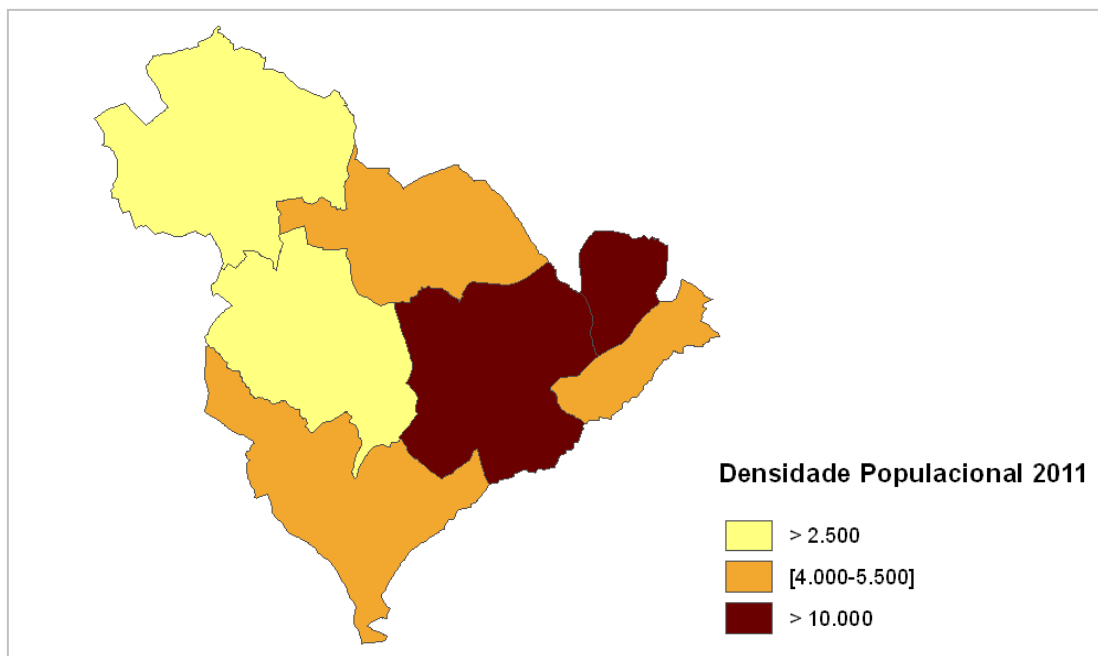
Figura 4 | Variação da população no concelho de Odivelas, por freguesia | 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: INE, (2011), INE (2001), INE (1991).

Em termos de densidade populacional, são as freguesias de Odivelas e Póvoa de Santo Adrião as que apresentam os valores mais elevados do município, com valores acima dos 10.000 habitantes/ha.

Figura 5 | Densidade populacional (hab./ha) em Odivelas, por freguesia | 2011

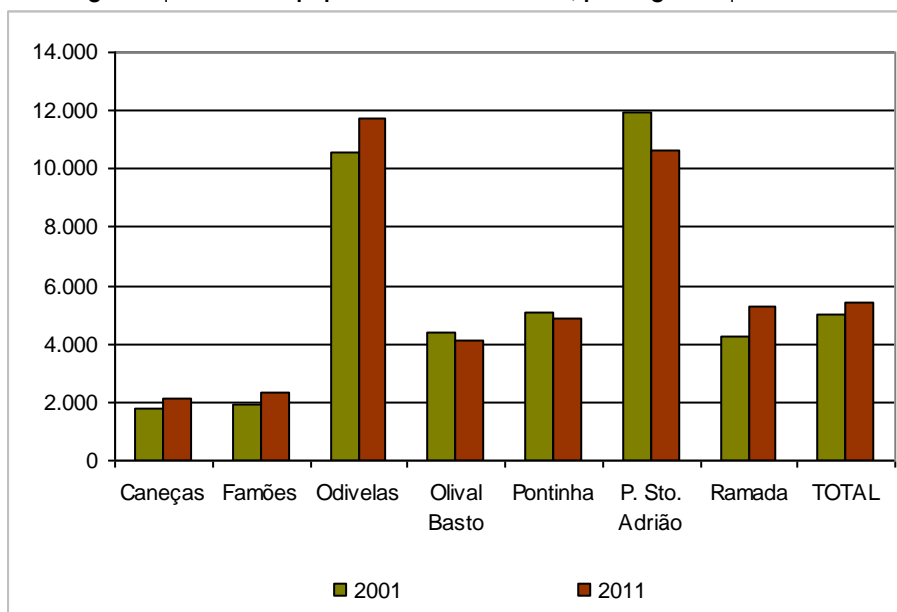


Fonte: INE, (2011).

No entanto, as duas freguesias apresentaram uma evolução bem diferente ao longo do período em análise: enquanto que a Póvoa de Santo Adrião passou de cerca de 12.000 habitantes/ha em 2001 para 10.607 em 2011, em Odivelas assistiu-se a um aumento da densidade populacional de 10.584 habitantes/ha em 2001 para 11.717 na última data.

Refira-se que esta freguesia concentra mais de 40% da população concelhia.

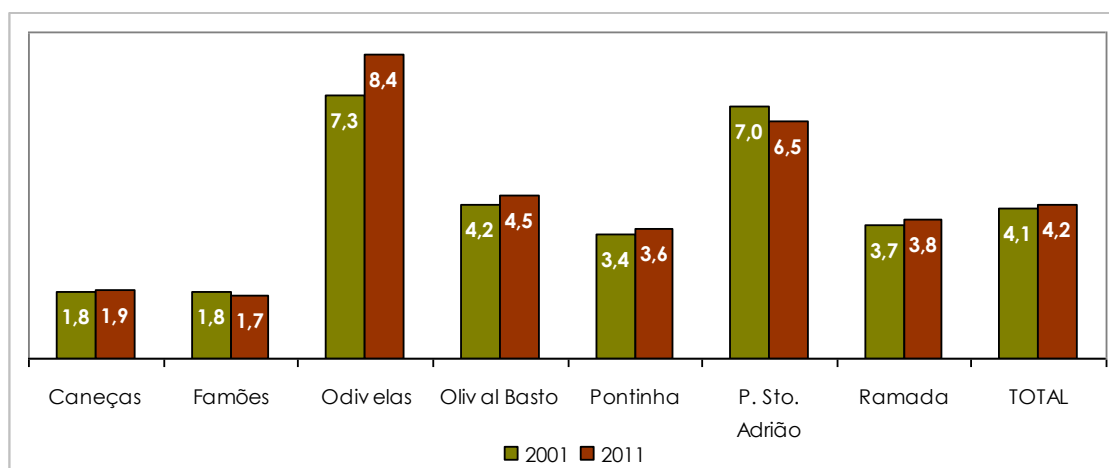
Figura 6 | Densidade populacional em Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011



Fonte: INE, (2011), INE (2001).

A elevada densidade populacional reflecte-se nos elevados índices de número de fogos por edifício, uma vez que em Odivelas e na Póvoa de Santo Adrião são registados valores (8,4 e 6,5, respectivamente) bem acima da média concelhia (4,2).

Figura 7 | Número de fogos por edifício em Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011



Fonte: INE, (2011), INE (2001).

Em 2011, as freguesias da Ramada (5.308 hab./ha), Pontinha (4.856 hab./ha) e Olival Basto (4.113 hab./ha) apresentaram valores de densidade populacional mais semelhantes à média do município, que foi de 5.394 habitantes/ha.

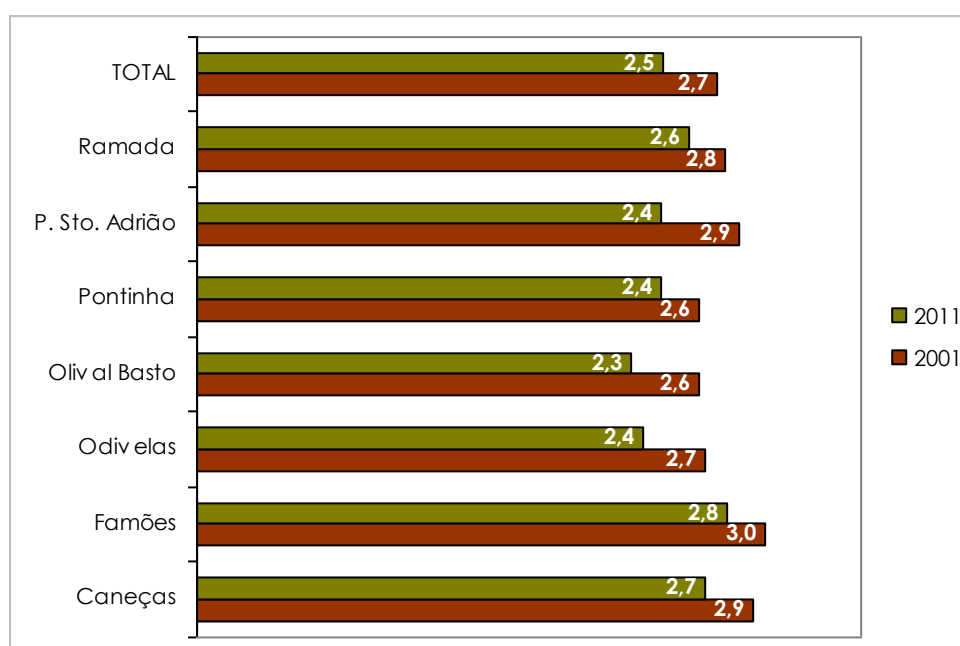
Destas, apenas a Ramada registou uma variação positiva de densidade demográfica no período em análise.

Caneças e Famões são as freguesias menos densamente povoadas do concelho, com pouco mais de 2.000 habitantes/ha em 2011, sendo também aqui que se verificam nesta data os valores mais elevados de dimensão média das famílias, com 2,7 e 2,8, respectivamente.

Em relação ao número de fogos/edifício, estas freguesias registaram uma variação inversa na última década: enquanto Caneças viu aumentar este índice de 1,8 em 2001 para 1,9 em 2011, Famões sofreu uma diminuição de 1,8 para 1,7 no período em análise

A dimensão média das famílias apresentou uma quebra na última década, passando de 2,7 para 2,5 no total do concelho, tendência registada em todas as freguesias, destacando-se a Póvoa de Santo Adrião, onde se verificou a maior quebra, passando de 2,9 em 2001 para 2,4 em 2011.

Figura 8 | Dimensão média das famílias em Odívetas, por freguesia | 2001 e 2011



Fonte: INE, (2011), INE (2001).

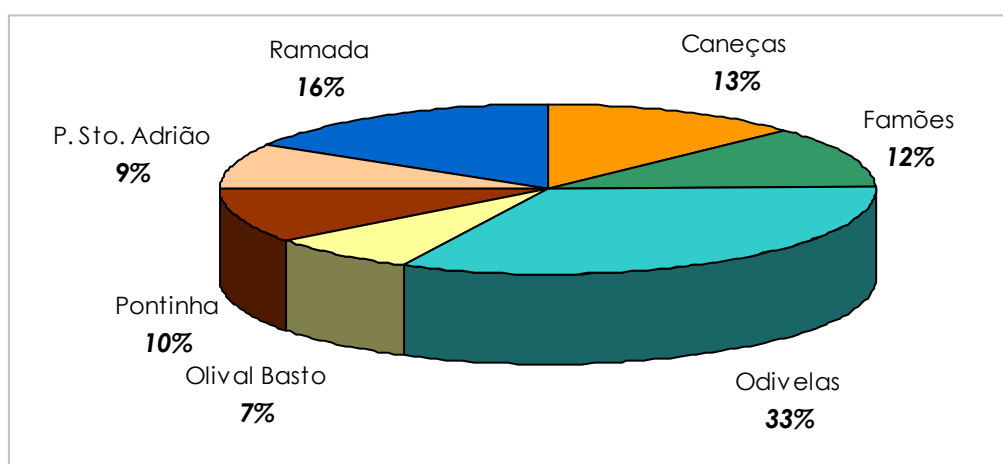
3.2 Caracterização dos espaços públicos

Do levantamento efectuado aos espaços públicos de vivência colectiva, ou seja, aqueles que proporcionam aos seus utentes o encontro, a estadia, o recreio ou lazer, foram identificados 164 locais em todo o território municipal, dos quais cerca de 1/3 estão localizados na freguesia de Odivelas.

Quadro 4 | Distribuição de espaços públicos por freguesia

Caneças	21	12,8%
Famões	19	11,6%
Odivelas	54	32,9%
Olival Basto	12	7,3%
Pontinha	17	10,4%
Póvoa de Santo Adrião	14	8,5%
Ramada	27	16,5%

Figura 9 | Distribuição de espaços públicos por freguesia



Em relação à área ocupada³, verifica-se que é na Póvoa de Santo Adrião que os espaços exteriores de vivência colectiva assumem maior peso (5%) em relação à área total. Isto deve-se, por um lado, à reduzida extensão territorial da freguesia e, por outro, à existência de dois espaços de grandes dimensões: o Parque das Rolas com cerca de 40.000 m² e o Parque Urbano da Povos de Santo Adrião, com mais de 13.000 m².

De seguida, surgem Odivelas e Pontinha, onde os espaços colectivos representam 3,2% e 3,1%, respectivamente, do total da superfície. Se no caso de Odivelas podemos encontrar alguns parques urbanos de dimensão considerável (Silvado, Arroja, Quinta

³ A área ocupada por espaços exteriores de vivência colectiva foi calculada por processo automático, a partir da delimitação dos seus polígonos.

Deste modo, obtiveram-se as áreas totais dos espaços e não apenas a área utilizada para efeitos de estadia, recreio e lazer, que é, obviamente, muito inferior, uma vez que foram contabilizados as áreas de enquadramento, que muitas vezes não permitem sequer a estadia dos seus utentes (por corresponderem a canteiros, sebes, planos inclinados, etc.).

Nova, Quinta da Memória e Castelinho), na Pontinha localiza-se o maior espaço do município: o Pinhal da Paião, com mais de 120.000 m².

Nas restantes freguesias, o peso ocupado pelos espaços destinados à estadia e recreio da população tem uma expressão residual, uma vez que, na sua maioria, se tratam de espaços de reduzida dimensão.

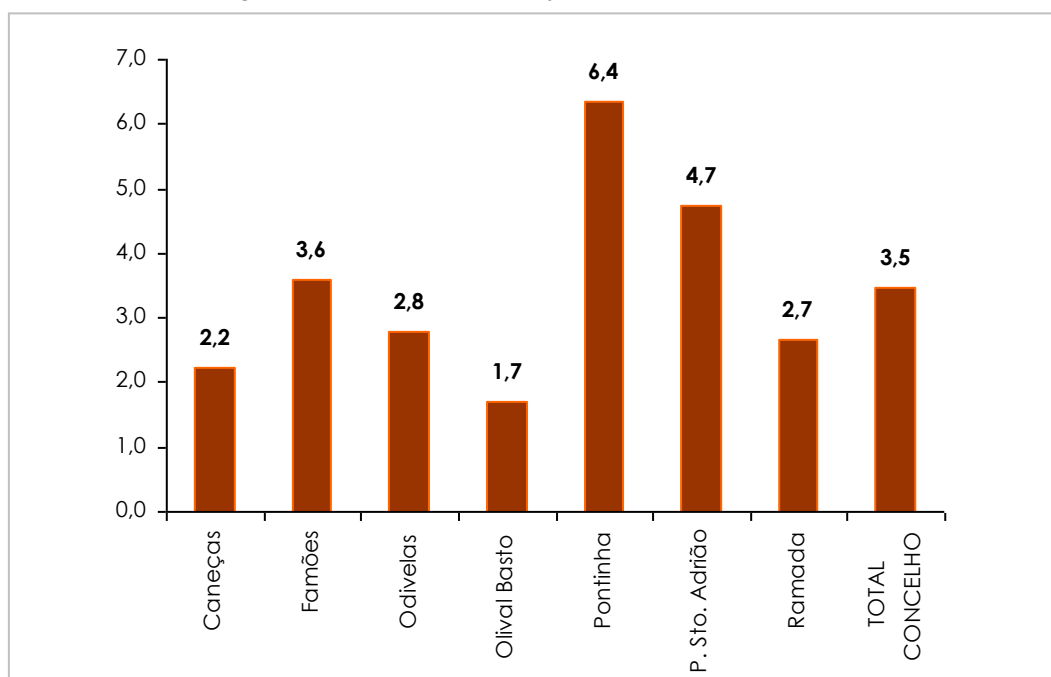
Quadro 5 | Peso da área dos espaços públicos em relação ao total da freguesia

	Área Freguesias	Área Espaços Públicos	
	(m ²)	(m ²)	(%)
Caneças	5.890.000	27.652	0,5
Famões	4.660.000	38.988	0,8
Odivelas	5.050.000	164.038	3,2
Olival Basto	1.420.000	10.021	0,7
Pontinha	4.700.000	145.078	3,1
P. Sto. Adrião	1.230.000	61.795	5,0
Ramada	3.700.000	52.276	1,4
TOTAL CONCELHO	26.650.000	499.847	1,9

No cômputo geral, estamos perante um território caracterizado por uma baixa densidade de espaços exteriores de vivência colectiva.

A Pontinha volta a destacar-se com o valor mais elevado (6,4 m²/habitante) em termos de densidade de espaços exteriores de vivência colectiva; pelo contrário, Olival Basto é a freguesia que apresenta o valor mais reduzido, com 1,7 m²/habitante.

Figura 10 | Densidade de espaços públicos (m²/habitante)



Como referido no capítulo anterior, considerando a heterogeneidade de espaços públicos e os diferentes papéis que assumem na vivência urbana, foi adoptada a seguinte tipologia de espaços públicos exteriores de vivência colectiva:

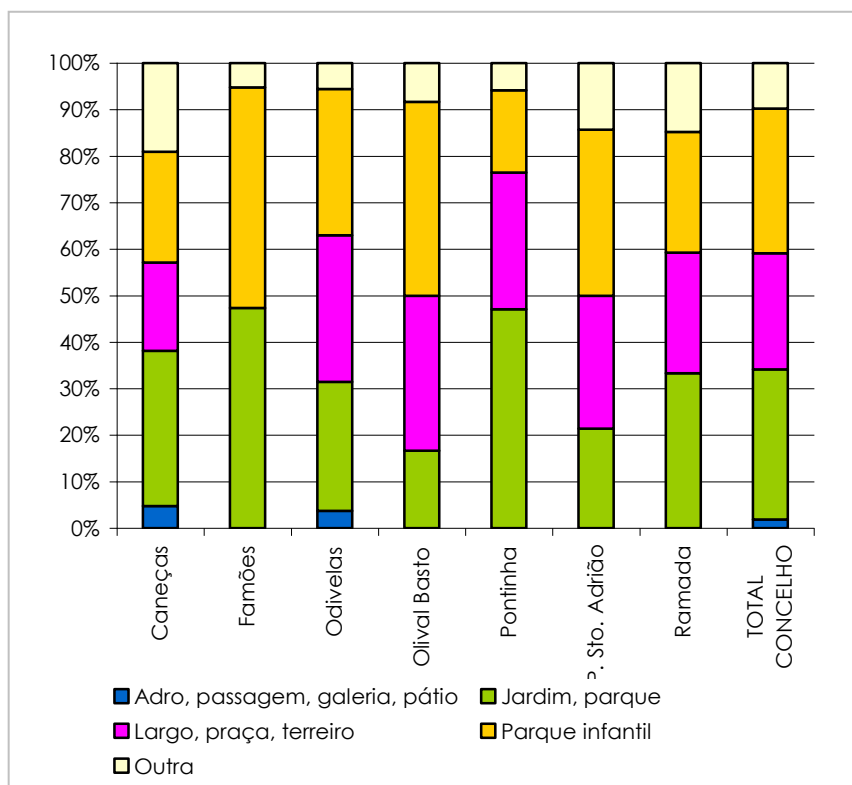
- Largo, praça, terreiro;
- Jardim, parque;
- Adro, passagem, galeria, pátio;
- Parque infantil;
- Outras situações.

Partindo desta tipologia, podemos constatar que são os elementos “jardim/parque” e “parque infantil” os mais encontrados no território de Odívelas, representando em conjunto cerca de 2/3 do total. Também o elemento “Largo, praça, terreiro” assume uma relevância significativa, na medida em que corresponde a cerca de 25% destes espaços.

Quadro 6 | Tipologia dos espaços públicos por freguesia

	Caneças	Famões	Odívelas	Olival Basto	Pontinha	P. Sto. Adrião	Ramada	TOTAL CONCELHO
Adro, passagem, galeria, pátio	1	0	2	0	0	0	0	3
Jardim, parque	7	9	15	2	8	3	9	53
Largo, praça, terreiro	4	0	17	4	5	4	7	41
Parque infantil	5	9	17	5	3	5	7	51
Outra	4	1	3	1	1	2	4	16
TOTAL CONCELHO	21	19	54	12	17	14	27	164

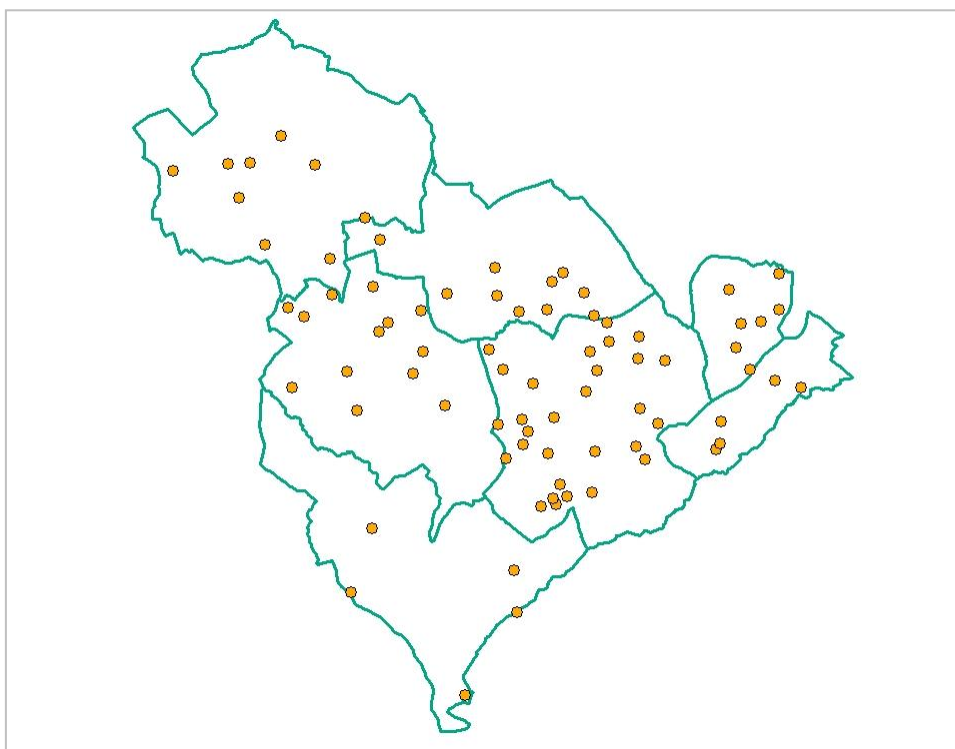
Figura 11 | Tipologia dos espaços públicos por freguesia



É de referir que parte significativa dos parques e jardins municipais (por ex., Parque Urbano da Quinta da Memória em Odivelas, Parque Urbano da Póvoa de Santo Adrião ou Jardim do Coreto em Caneças) possui, também, parque infantil, para além de outros equipamentos de recreio.

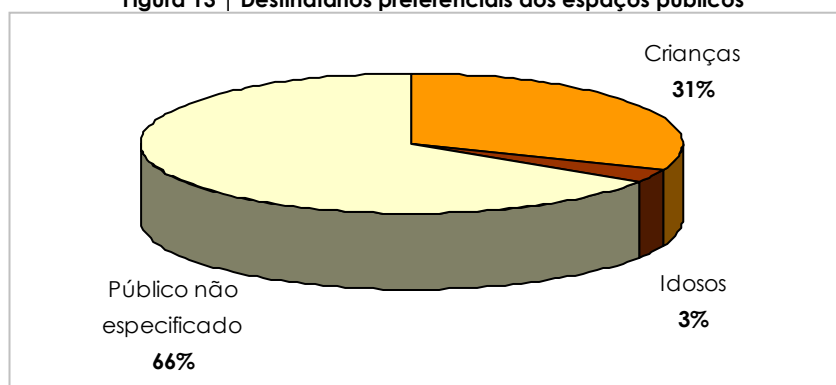
Deste modo, considerando todos os equipamentos de recreio para crianças integrados em jardins ou praças, encontramos um total de 78 parques infantis, concentrados nas áreas mais densamente povoadas, com destaque para a freguesia de Odivelas.

Figura 12 | Localização dos parques infantis em Odivelas



De uma forma geral, a análise do público preferencial de determinado tipo de espaço carece de uma abordagem mais detalhada da sua ocupação em função dos períodos de utilização ao longo do dia. Não obstante este aspecto e considerando a tipologia e as características físicas de cada espaço, é possível concluir que a maioria dos espaços municipais não se destina a um público específico, e que 31 % tem como principais destinatários as crianças.

Figura 13 | Destinatários preferenciais dos espaços públicos

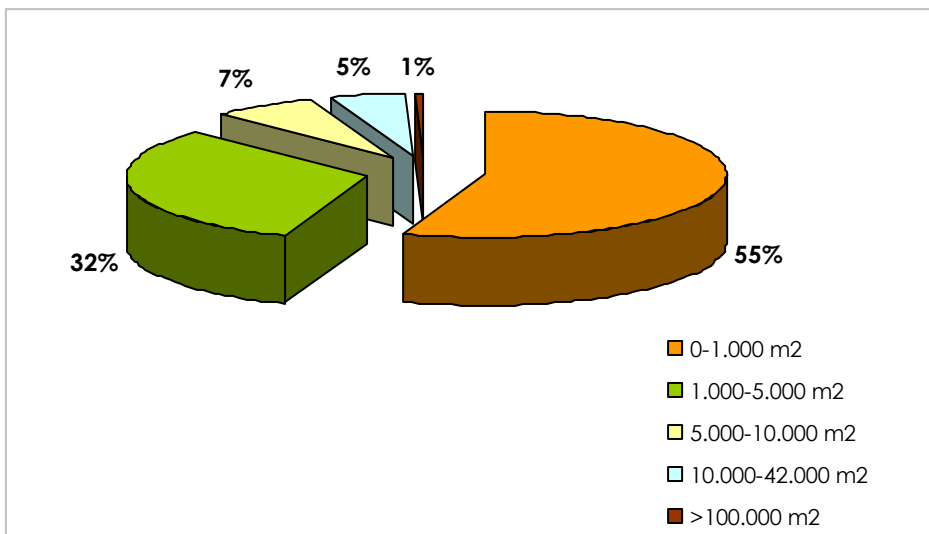


Os espaços destinados preferencialmente a idosos assumem pouca expressão no conjunto de Odívelas e referem-se a espaços para a prática de jogos tradicionais ou a conjuntos de bancos e/ou mesas e cadeiras situados junto a equipamentos colectivos de apoio a idosos (lares e centros de dia).

Em relação à dimensão dos espaços exteriores de vivência colectiva, em Odívelas sobressaem os espaços de reduzida dimensão: 55% tem menos de 1.000 m², dos quais mais de metade são inferiores a 500m².

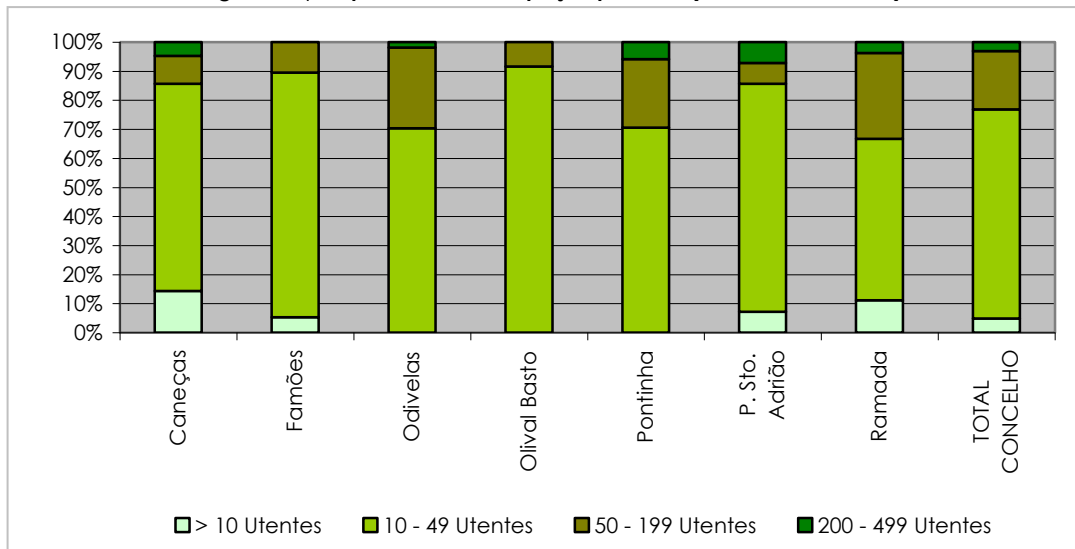
Conforme foi referido, em Odívelas encontra-se apenas um espaço com mais de 10 ha, o Pinhal da Paiã.

Figura 14 | Dimensão dos espaços públicos (m²)



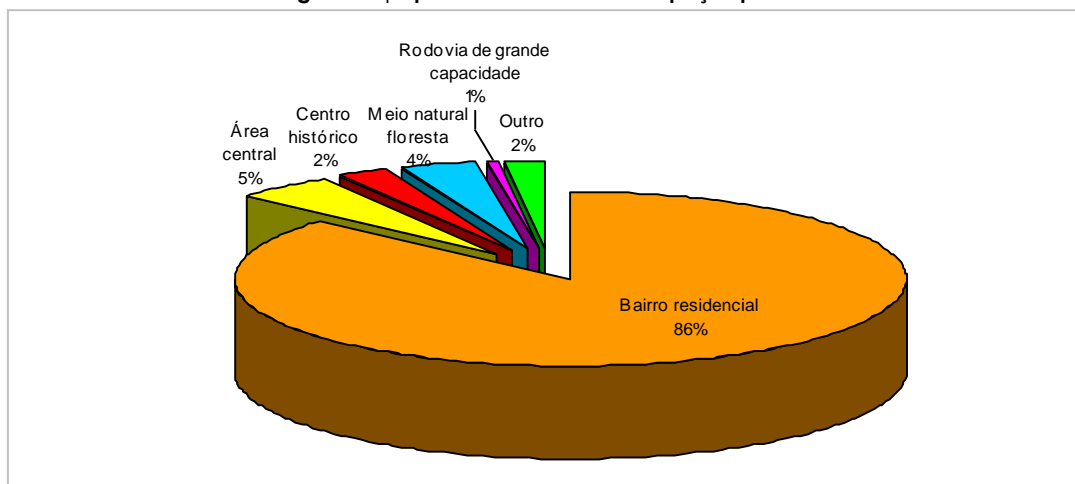
No que respeita à capacidade dos espaços exteriores de vivência colectiva, podemos referir que a generalidade destes espaços no concelho é de reduzida dimensão, com capacidade para um número de utentes na ordem dos 10-49.

Figura 15 | Capacidade dos espaços públicos (número de utentes)



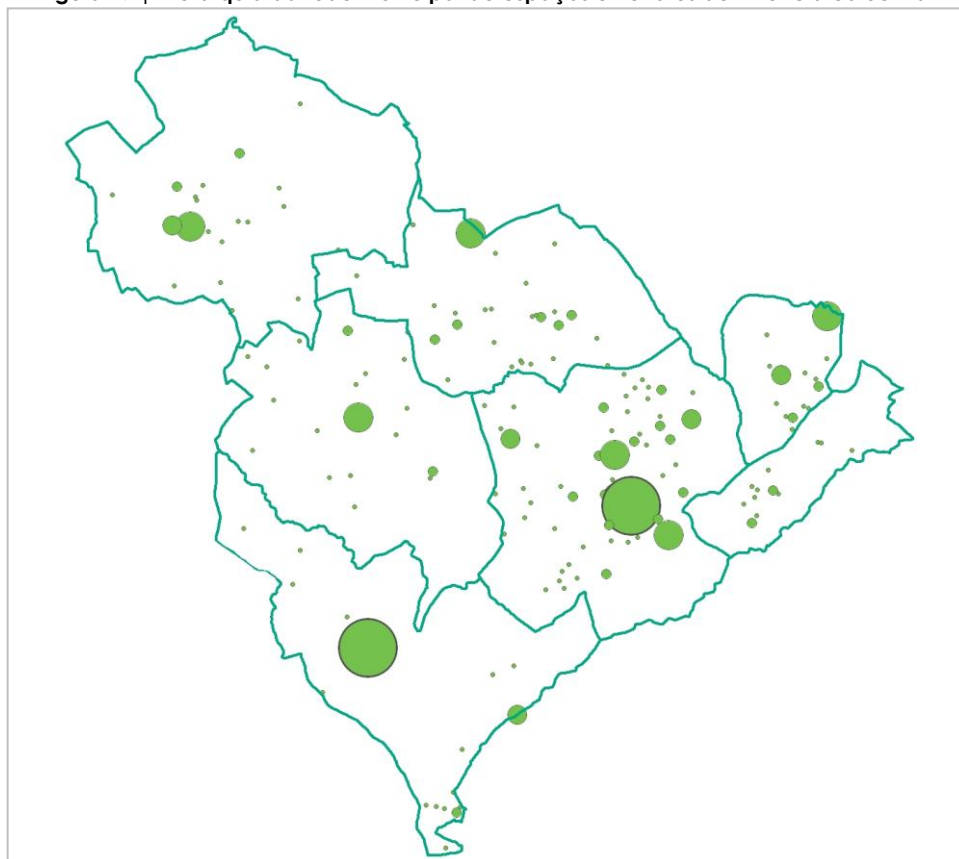
Tratam-se, maioritariamente, de espaços de proximidade (fig.18) inseridos em bairros residenciais (fig.16), o que, naturalmente, se coaduna com a relevância assumida pela tipologia "Parque Infantil".

Figura 16 | Tipo de envolvente aos espaços públicos



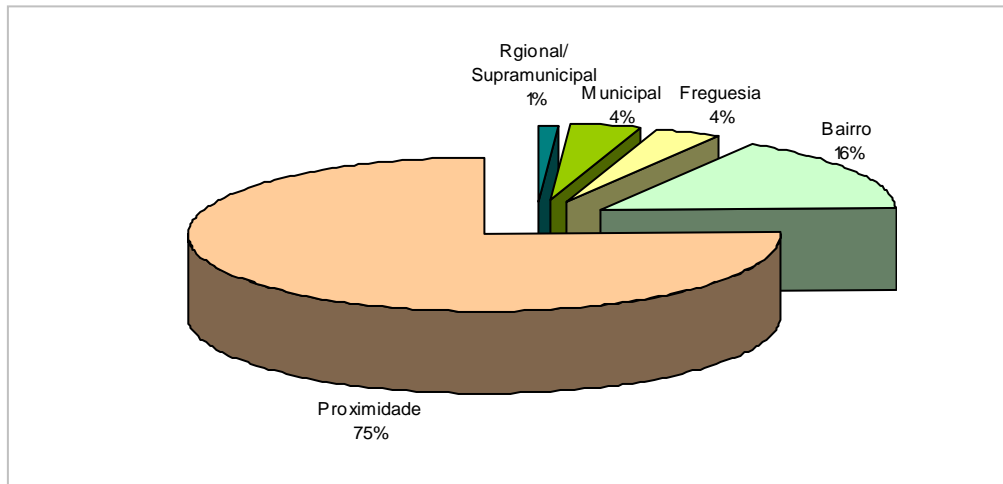
O volume de espaços exteriores de vivência colectiva com uma área de influência ao nível do bairro é razoavelmente reduzido (16%). Contudo, assume um significado mais expressivo que volume de espaços com área de influência superior (freguesia, municipal e regional/supramunicipal), como mostra a figura seguinte.

Figura 17 | Hierarquia da rede municipal de espaços exteriores de vivência colectiva



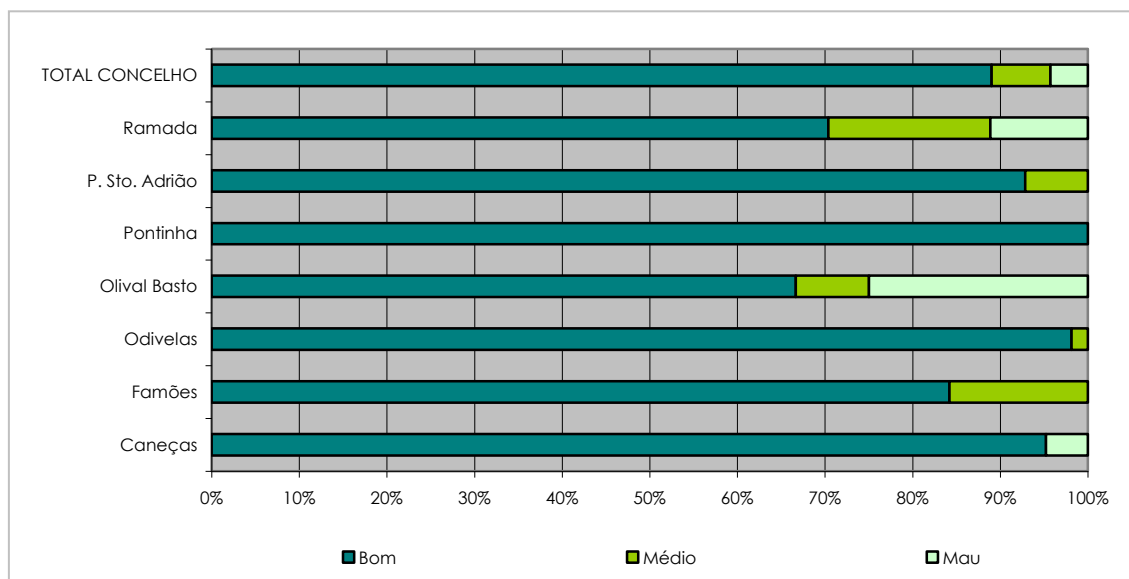
Não obstante e ainda que com um volume global absolutamente residual, é importante referir a existência de dois espaços com uma área de influência de nível regional/supramunicipal – o Jardim da Música, na freguesia de Odivelas, e o Pinhal da Paiã, na Freguesia da Pontinha – pela relevância do papel que os mesmos poderão vir a desempenhar da definição de uma estratégia de promoção da coesão sócio-territorial do município de Odivelas.

Figura 18 | Área de influência dos espaços públicos



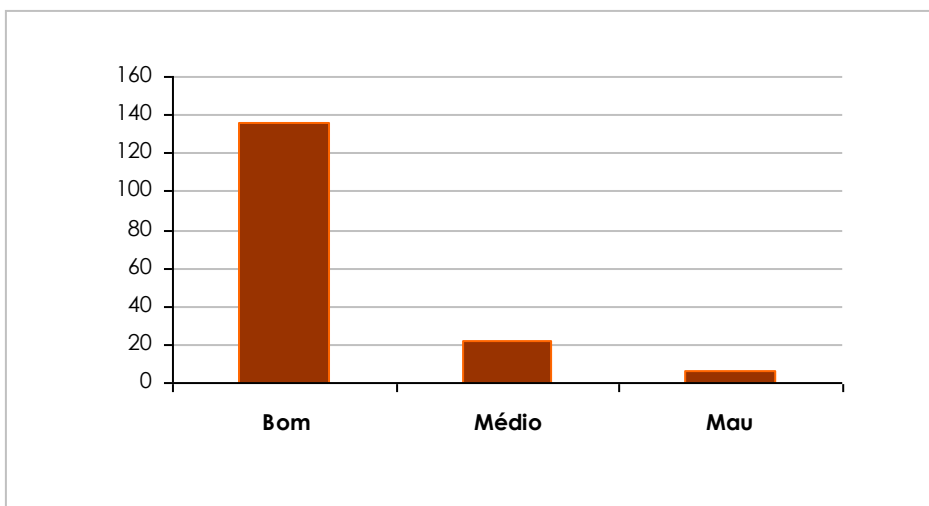
De uma forma geral, a integração destes espaços no tecido urbano é boa em todas as freguesias do concelho. Destaca-se pela negativa a Freguesia do Olival Basto que, em termos relativos, é a freguesia do concelho com uma percentagem mais elevada de situações que revelam uma má integração no tecido urbano.

Figura 19 | Integração dos espaços públicos no tecido urbano



Os espaços exteriores de vivência colectiva em Odivelas apresentam-se, na sua maioria (83%), em bom estado de conservação e limpeza. De facto, apenas 6 espaços, que representam menos de 4% do total, não oferecem condições mínimas aos seus utilizadores.

Figura 20 | Estado de conservação e limpeza dos espaços públicos



3.3 Diagnóstico da rede de espaços exteriores de vivência colectiva

No presente capítulo efectua-se uma abordagem da problemática dos espaços exteriores de vivência colectiva para o conjunto do município e por freguesia.

Trata-se fundamentalmente de uma análise qualitativa, através da qual se procurou traçar um perfil resumido do município e de cada freguesia.

Efectuada a partir de uma ficha tipificada, a definição do perfil obedece a 3 elementos fundamentais:

- Dinâmica urbanística e populacional

Apresentação de um conjunto de indicadores que nos permitem compreender a evolução da freguesia em termos populacionais e urbanístico.
- Espaços exteriores de vivência colectiva

Apresentação dos principais aspectos relacionados com os EEVC na freguesia, decorrentes do levantamento de campo efectuado e das entrevistas efectuadas aos presidentes de junta.
- Território e estratégia de actuação

Identificação sumária dos principais aspectos que constituem os elementos diferenciadores do território da freguesia e contribuem para a definição de uma vocação territorial de cada freguesia, bem como de linhas orientadoras destinadas a melhorar a actuação (a curto/médio/longo prazo) autárquica em matéria de planeamento e gestão de EEVC.

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Com 143.755 habitantes, Odivelas representa cerca de 7% dos residentes da Grande Lisboa, que, por sua vez, concentra cerca de 1/5 da população nacional.

Nas últimas 2 décadas grande crescimento urbano nas áreas a Norte e mais recentemente a Poente. A cidade foi crescendo para a periferia, dando lugar a um povoamento mais denso.

Verifica-se, ainda, alguma pressão urbanística nos espaços expectantes, consolidando-se novas centralidades emergentes a partir da difusão das actividades terciárias para fora do centro da cidade.



Área	2665 ha
Habitantes 2011	143.755
Famílias 2011	58.402
Edifícios 2011	16.378
Alojamentos 2011	69.413
Varição populacional 1991-2001	2,9%
Varição populacional 2001-2011	7,4%
Densidade populacional 2011	5.394 hab./Km ²
N.º fogos/edifício 2011	4,2
Dimensão média família 2011	2,5
Índice de envelhecimento 2001	81%
Índice de juventude 2001	123,3%
Taxa geral de actividade 2001	55,5%
Taxa de desemprego 2001	6,7%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Os EEVC no município de Odivelas são poucos, de dimensão reduzida e maioritariamente de proximidade;

O facto de estarmos perante um universo de EEVC de proximidade, inseridos maioritariamente em bairros residenciais, pode desempenhar um papel importante na promoção da coesão sócio-territorial.

A qualidade e quantidade desses espaços assumem relevância significativa, na medida em que aí se desenrolam práticas de sociabilidade associadas ao quotidiano das populações urbanas.

Os EEVC com uma área de influência supramunicipal respondem a objectivos diferentes dos espaços de proximidade e desempenham um papel importante ao nível do desenvolvimento territorial de um município e o município conta, apenas, com dois espaços destes.



Área total de EEVC	499.847 m ²
Densidade de EEVC	3,5 m ² /habitante
N.º total de EEVC	164
PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:	
Jardim, Parque	53
Parque infantil	51
Largo, praça ou terreiro	41

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

REFORÇO DO PAPEL CONCELHIO NO CONTEXTO METROPOLITANO

- Integração dos espaços urbanos concelhios na rede urbana metropolitana
- Cooperação metropolitana para a resolução de problemas comuns
- Promoção da coesão sócio-territorial

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Afirmar o espaço público como uma prioridade
- Identificar, valorizar e criar espaços de referência, de influência supramunicipal
- Criação e estruturação de uma rede de espaços multifuncionais e complementares
- Valorização ambiental do concelho
- Aposta em espaços de cultura, lazer e de produção de cultura e conhecimento

criação de espaços de oportunidade

- Governabilidade local
- Promoção de espaços de lazer diferenciados
- Preservação e enriquecimento da identidade cultural
- Valorização dos recursos endógenos com potencial para o lazer e cultura

CANEÇAS

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 de 16%, superior à registada na década anterior

Dimensão média das famílias é 2,7 indivíduos, registando-se um ligeiro decréscimo face à década anterior

N.º de fogos/edifício de 1,9, com uma predominância de tipologias unifamiliar e bifamiliar, traduzindo-se na baixa densidade populacional

Núcleo urbano consolidado

Conflito entre circulação pedonal e rodoviária, verificando-se alguma descontinuidade de percursos

Existência de elementos de referência e vivência de espaços exteriores



Área	589 ha
Habitantes 2011	12.346
Famílias 2011	4.611
Edifícios 2011	2.944
Alojamentos 2011	5.611
Varição populacional 1991-2001	10,2%
Varição populacional 2001-2011	16%
Densidade populacional 2011	2.096 hab./Km²
N.º fogos/edifício 2011	1,9
Dimensão média família 2011	2,7
Índice de envelhecimento 2001	81,9%
Índice de juventude 2001	122%
Taxa geral de actividade 2001	55,2%
Taxa de desemprego 2001	5,7%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Concentra cerca de 13% dos espaços em relação ao total

Reduzido peso da área de EEVC em relação à área da freguesia, com reduzida densidade de espaço público, de 2,2 m²/habitante

De um modo geral, os EEVC encontram-se em bom estado de conservação e limpeza, destacando-se apenas 2 espaços que se encontram muito degradados: Jardim do Baeta e espaço de estadia da Fonte Santa.



Área total de EEVC	27.652 m²
Área de EEVC no total freguesia	0,5%
Densidade de EEVC	2,2 m²/habitante
N.º total de EEVC	21
PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:	
Jardim, Parque	7
Parque infantil	5

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais e turísticas
- Promoção de actividades de turismo a partir dos recursos patrimoniais da freguesia

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Criação de um Plano de Salvaguarda para o Centro Histórico de Caneças
- Restrição e desvio do tráfego automóvel, especialmente de pesados na zona central, com progressiva aposta num Espaço Público de Qualidade

CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES

- Salvaguarda, valorização e protecção da biodiversidade dos espaços florestais e silvestres na zona norte da freguesia
- Recuperação da Ribeira de Caneças, com a promoção de actividades ligadas ao lazer, ao desporto, à agricultura biológica, à formação da cidadania e valorização dos espaços verdes
- Promoção de actividades relacionadas com indústrias culturais e criativas, alicerçada na tradição e prática artísticas, sobretudo nas artes plásticas decorrente da oferta educativa da freguesia

FAMÕES

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 de 20,8%, uma das mais elevadas do município, ainda que inferior à registada no período 1991-2001
 Dimensão média das famílias é 2,8 indivíduos, registando-se um ligeiro decréscimo face à década anterior
 Densidade populacional baixa e número de fogo/edifício de 1,7, o que sugere a existência de tipologias unifamiliar e bifamiliar
 Território caracterizado pela monotonia de traçado e forma urbana
 Ausência de hierarquia viária, com carência de espaços para estacionamento automóvel
 Falta de espaços de ancoragem (centro funcional)
 Ausência de espaços de descompressão e de elementos de referência



Área | 466 ha
 Habitantes 2011 | 10.885
 Famílias 2011 | 3.900
 Edifícios 2011 | 2.837
 Alojamentos 2011 | 4.885
 Variação populacional 1991-2001 | 27%
 Variação populacional 2001-2011 | 20,8%
 Densidade populacional 2011 | 2.336 hab./Km²
 N.º fogos/edifício 2011 | 1,7
 Dimensão média família 2011 | 2,8
 Índice de envelhecimento 2001 | 41,6%
 Índice de juventude 2001 | 240,4%
 Taxa geral de actividade 2001 | 57,1%
 Taxa de desemprego 2001 | 6,1%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Os EEVC representam 11,6% do total do município
 A área dos EEVC tem pouca expressão no total da freguesia, apresentando uma densidade de espaço público por habitante de 3,6 m²/habitante
 Os EEVC estão, em geral, bem conservados e limpos, encontrando-se apenas em más condições o espaço envolvente à Fonte Ferreira.



Área total de EEVC | 38.988 m²
 Área de EEVC no total freguesia | 0,8%
 Densidade de EEVC | 3,6 m²/habitante
 Total de EEVC | 19
 PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:
 Jardim, Parque | 9
 Parque infantil | 9

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Adopção de medidas dissuasoras de um crescimento urbano desregrado
- Aproveitamento das áreas expectantes como espaços de oportunidade e inovação empresarial

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Progressiva qualificação e legibilidade do espaço público
- Arborização e valorização dos espaços livres

criação de oportunidades

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e o património existente (moinhos, casas agrícolas, etc.), com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais e de lazer
- Recuperação e valorização paisagística das ribeiras

ODIVELAS

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 de 10,7%, invertendo a tendência de estagnação demográfica verificada na década anterior

Densidade populacional mais elevada do município, de quase 12.000 habitantes/Km², predominando os edifícios multifamiliares, com um número de fogos por edifício é 8,4

Dimensão média das famílias é 2,4 indivíduos

Tecido urbano consolidado, com alguns elementos de referência, notando-se a vivência de espaços exteriores

Exiguidade dos espaços de circulação, verificando-se áreas de conflito entre a circulação pedonal e rodoviária

Carência de espaços para estacionamento automóvel



Área	505 ha
Habitantes 2011	59.172
Famílias 2011	25.134
Edifícios 2011	3.532
Alojamentos 2011	29.548
Varição populacional 1991-2001	-0,2%
Varição populacional 2001-2011	10,7%
Densidade populacional 2011	11.717 hab./Km ²
N.º fogos/edifício 2011	8,4
Dimensão média família 2011	2,4
Índice de envelhecimento 2001	89%
Índice de juventude 2001	112,4%
Taxa geral de actividade 2001	55,7%
Taxa de desemprego 2001	6,7%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

A freguesia totaliza um maior e mais diversificado número de EEVC, concentrando cerca de 1/3 do total.

A área dos EEVC representa 3,2% do território da freguesia

Densidade de espaço público por habitante é de 2,8 m²

Não se identificam EEVC em más condições de conservação e limpeza

Destaque para o Jardim da Música por constituir um dos poucos espaços de influência supramunicipal do município



Área total de EEVC	164.038 m ²
Área de EEVC no total freguesia	3,2%
Densidade de EEVC	2,8 m ² /habitante
Total de EEVC	54
PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:	
Parque infantil	17
Largo, praça, terreiro	17
Jardim, Parque	15

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais, de turismo e lazer (de que é exemplo o Jardim da Música)
- Progressiva sustentabilidade dos espaços terciários e dos espaços públicos

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Promoção da legibilidade e qualificação do espaço público
- Restrição do tráfego automóvel e tráfego de pesados na zona central
- Desenvolvimento de uma estrutura ou rede de espaços verdes urbanos

CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES

- Requalificação das linhas de água e ribeira de Odivelas, protegendo a biodiversidade, criando corredores verdes, zonas de estar e de lazer
- Promoção de equipamentos e actividades destinadas a um público juvenil, potenciando a aglomeração de estruturas destinados a este segmento (Escola Secundária de Odivelas, Piscinas Municipais, Casa da Juventude, Parque Urbano do Castelhinho)

OLIVAL BASTO

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 é -6,5%, mantendo o decréscimo populacional da década passada
 Densidade populacional média e número de fogos por edifício de 4,5
 Dimensão média das famílias é 2,3, registando uma ligeira descida face à década anterior



Núcleo urbano consolidado, delimitado por infra-estruturas viárias e topografia, acentuando o seu isolamento geográfico
 Carência de espaços para estacionamento automóvel
 Vivência de espaços exteriores

Área | 142 ha
 Habitantes 2011 | 5.840
 Famílias 2011 | 2.547
 Edifícios 2011 | 670
 Alojamentos 2011 | 3.030
 Variação populacional 1991-2001 | -15%
 Variação populacional 2001-2011 | -6,5%
 Densidade populacional 2011 | 4.113 hab./Km²
 N.º fogos/edifício 2011 | 4,5
 Dimensão média família 2011 | 2,3
 Índice de envelhecimento 2001 | 120,7%
 Índice de juventude 2001 | 82,8%
 Taxa geral de actividade 2001 | 52,5%
 Taxa de desemprego 2001 | 6,9%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

A freguesia representa apenas 7,3% do total de EEVC do município
 Em relação à área total da freguesia, a área dos EEVC representa 0,7%
 A freguesia apresenta a densidade de EEVC por habitante mais baixa do município (1,7 m²)

Os EEVC apresentam-se em bom estado de conservação e higiene, destacando-se pela negativa apenas o Parque Infantil da Rua de Timor que, de facto, constitui um espaço inapropriado a crianças.



Área total de EEVC | 10.021 m²
 Área de EEVC no total freguesia | 0,7%
 Densidade de EEVC | 1,7 m²/habitante
 Total de EEVC | 12
 PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:
 Parque infantil | 5
 Largo, praça, terreiro | 4

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Melhoria da articulação entre Olival Basto e as freguesias vizinhas, contrariando o efeito de "ilha" motivado pelas infra-estruturas rodoviárias
- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais e de lazer

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Beneficiação das acessibilidades com particular destaque para os espaços pedonais e transportes públicos urbanos
- Valorização da entrada no município que contrarie o denso e incharacterístico edificado e a profusão de infra-estruturas rodoviárias

criação de oportunidades

- Salvaguarda da sustentabilidade ecológica e valorização ambiental da paisagem protegendo a biodiversidade
- Valorização de espaços para actividades económicas e serviços

PONTINHA

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 é -5%, mantendo o decréscimo populacional verificado no período 1991-2001
 Densidade populacional média e número de fogos por edifício é 3,6.
 Dimensão média das famílias é 2,4 indivíduos, registando-se um ligeiro decréscimo face à década anterior
 Núcleo urbano consolidado, com ausência de espaços de descompressão
 Carência de espaços para estacionamento automóvel



Área		470 ha
Habitantes 2011		22.824
Famílias 2011		9.317
Edifícios 2011		3.214
Alojamentos 2011		11.559
Varição populacional 1991-2001		-8,5%
Varição populacional 2001-2011		-5,0%
Densidade populacional 2011		4.856 hab./Km ²
N.º fogos/edifício 2011		3,6
Dimensão média família 2011		2,4
Índice de envelhecimento 2001		95,6%
Índice de juventude 2001		104,6%
Taxa geral de actividade 2001		53,2%
Taxa de desemprego 2001		7%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Os EEVC da freguesia correspondem a cerca de 10% do total.
 Os EEVC ocupam 3,1% da área da freguesia.
 A elevada densidade de espaço público por habitante, de 6,4 m², deve-se ao facto de nesta freguesia se localizar o Pinhal da Paiã, com cerca de 120.500 m², o maior espaço do concelho
 Não se identificam EEVC em más condições de conservação e limpeza.



Área total de EEVC		145.078 m ²
Área de EEVC no total freguesia		3,1%
Densidade de EEVC		6,4 m ² /habitante
Total de EEVC		17
PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:		
Jardim, Parque		8
Largo, praça, terreiro		5

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais, de turismo e lazer
- Melhor aproveitamento da Quinta da Paiã como espaço de lazer de influência supramunicipal, de fruição colectiva, em actividades de recreio e lazer ao livre

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Restrição do tráfego automóvel e do tráfego de pesados na zona central com progressiva aposta num espaço público de qualidade

criação de oportunidades

- Preservação da biodiversidade do espaço agronómico da Quinta da Paiã, promovendo a fixação de actividades que contribuam para a sua valorização numa perspectiva sustentável
- Aposta na qualidade e na progressiva sustentabilidade dos espaços terciários e dos espaços públicos

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 é -11,3%, apresentando a dinâmica de crescimento mais negativa do município
 Densidade populacional elevada, apresentando um valor de 6,5 fogos por edifício
 Dimensão média das famílias é 2,4 indivíduos
 Núcleo urbano consolidado
 Vivência de espaços exteriores
 Existência de conflito entre circulação pedonal e rodoviária e carência de espaços para estacionamento automóvel



Área | 123 ha
 Habitantes 2011 | 13.047
 Famílias 2011 | 5.334
 Edifícios 2011 | 954
 Alojamentos 2011 | 6.247
 Variação populacional 1991-2001 | 1,7%
 Variação populacional 2001-2011 | -11,3%
 Densidade populacional 2011 | 10.607 hab./Km²
 N.º fogos/edifício 2011 | 6,5
 Dimensão média família 2011 | 2,4
 Índice de envelhecimento 2001 | 80%
 Índice de juventude 2001 | 125,1%
 Taxa geral de actividade 2001 | 56,7%
 Taxa de desemprego 2001 | 7,4%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Os EEVC da freguesia representam 8,5% do total do município.
 Cerca de 5% da área da freguesia corresponde a EEVC, apresentando uma densidade de espaço público por habitante de 4,7m²
 Os EEVC estão, em geral, bem conservados e limpos, à excepção do Parque Infantil da Praceta de Santa Maria da Batalha, espaço degradado e que não reúne condições necessárias para a sua utilização



Área total de EEVC | 61.795 m²
 Área de EEVC no total freguesia | 5%
 Densidade de EEVC | 4,7 m²/habitante
 Total de EEVC | 14
 PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:
 Parques infantis | 5
 Largo, praça, terreiro | 4

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades culturais e de lazer

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Criação de um Plano de Salvaguarda para o Centro Histórico da Póvoa
- Restrição do tráfego automóvel e tráfego de pesados na zona central com progressiva aposta num espaço público de qualidade

CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES

- Requalificação da Ribeira de Odivelas, Ribeira da Póvoa e Ribeira do Barruncho com criação de um corredor verde protegendo a biodiversidade e valorizando a paisagem
- Aposta na qualidade e na progressiva sustentabilidade dos espaços terciários e dos espaços públicos

RAMADA

DINÂMICA URBANÍSTICA E POPULACIONAL

Varição populacional 2001-2011 é de 24,5%, apresentado a taxa de crescimento populacional mais elevada do concelho
 Densidade populacional média e número de fogos por edifício é 3,8
 Dimensão média das famílias é de 2,6, registando uma ligeira descida face à década anterior

Território delimitado por infra-estruturas viárias e topografia
 Dificuldades de circulação decorrentes de declives acentuados



Área | 370 ha
 Habitantes 2011 | 19.641
 Famílias 2011 | 7.559
 Edifícios 2011 | 2.227
 Alojamentos 2011 | 8.533
 Variação populacional 1991-2001 | 35,2%
 Variação populacional 2001-2011 | 24,5%
 Densidade populacional 2011 | 5.308 hab./Km²
 N.º fogos/edifício 2011 | 3,8
 Dimensão média família 2011 | 2,6
 Índice de envelhecimento 2001 | 50,6%
 Índice de juventude 2001 | 197,7%
 Taxa geral de actividade 2001 | 57,7%
 Taxa de desemprego 2001 | 6,5%

ESPAÇOS EXTERIORES DE VIVÊNCIA COLECTIVA

Na freguesia localizam-se 16,5% do total de EEVC de Odivelas
 A área dos EEVC representa 1,4% da área total
 A densidade de EEVC por habitante é de 2,7m²
 Em geral, os EEVC reúnem boas condições de conservação e limpeza



Área total de EEVC | 52.276 m²
 Área de EEVC no total freguesia | 1,4%
 Densidade de EEVC | 2,7 m²/habitante
 Total de EEVC | 27
 PRINCIPAIS TIPOLOGIAS:
 Jardim, Parque | 9
 Parques infantis | 7
 Largo, praça, terreiro | 7

TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

PAPEL DA FREGUESIA NO CONTEXTO MUNICIPAL

- Salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património com recurso a projectos inovadores que promovam o desenvolvimento de actividades de cultura e lazer
- Promoção do espaço natural e silvestre da Serra da Amoreira valorizando o enquadramento paisagístico do Cabeço da Amoreira, enquanto espaço de âmbito municipal

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Conservação, reabilitação e requalificação do parque habitacional em articulação com o espaço público de proximidade para funções de estadia, recreio e lazer

CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES

- Requalificação da Ribeira de Caneças com criação de um corredor verde protegendo a biodiversidade e valorizando a paisagem
- Desenvolvimento de novas polaridades que atraiam empresas, comércio e serviços administrativos de qualidade

4 Gestão operativa dos espaços públicos de vivência colectiva

4.1 Âmbito e tendências na problemática da gestão dos espaços públicos

Relativamente aos aspectos relacionados com a gestão dos espaços públicos, pretendemos, neste ponto, contemplar uma sucinta reflexão e diagnóstico no respeitante à rede municipal neste domínio de equipamento territorial em Odivelas, com vista a melhorar a eficiência de gestão económico-financeira e a qualidade de resultados materiais do equipamento enquanto prestação de serviço à população.

Para esse efeito passamos a identificar um conjunto de premissas que nos ajudem a focalizar os factores de eficiência e de qualidade de uma rede municipal de espaços públicos.

Em termos de rede, “é impensável aplicar ao território (des)urbanizado uma estratégia de continuidade do edificado através da colmatação de vazios, que pode ter êxito onde eles são a excepção (nas cidades mais ou menos feitas à antiga) mas já não é realista onde são agora dominantes os intervalos, os contrastes, os desequilíbrios da oportunidade e qualidade de vida” (PORTAS, 2003, p. 17).

Por outro lado, dos “critérios gerais que devem reger a elaboração de projectos de espaço público” (BRANDÃO, 2002, pp. 45), fazem parte a resistência/durabilidade e a sustentabilidade.

“Todos os agentes com responsabilidades na construção do espaço público, devem zelar para que o investimento canalizado para este sector seja viável – social, económica e ambientalmente – e possa contribuir para o aumento da qualidade de vida da população destinatária” (BRANDÃO, 2002, p. 45).

Temos assim três premissas fundamentais para se procurar a boa gestão de uma rede de espaços públicos de sociabilidade com qualidade:

- A cobertura espacial adequadamente dimensionada em função do nível de procura na área de influência;
- A característica material do objecto – espaço público – que facilite a sua conservação e económica manutenção bem como a mitigação do seu impacte ambiental;
- A boa gestão do investimento e da manutenção qualitativa do serviço à população que o equipamento material representa ou proporciona.

Estas são as premissas fundamentais para assegurar a disponibilização de espaço público de qualidade e em permanência às populações residentes, especialmente, e em aparente paradoxo, nos centros urbanos menos compactos por um lado e mais densos por outro.

Os tempos que correm e as tendências de futuro impõem um cuidado redobrado nos referidos factores de eficiência de gestão e de qualidade de serviço. Assim, devem ser observados os seguintes princípios de planeamento e gestão da rede de espaços públicos de sociabilidade:

- a) O ordenamento e o dimensionamento da rede devem ser estritamente hierarquizados e ajustados às efectivas necessidades que devem ser objectivamente apuradas;

- b) A concepção e a construção dos equipamentos devem orientar-se por princípios de optimização da relação custo-benefício, soluções construtivas duráveis e de fácil conservação ou reparação;
- c) Dotação e gestão financeira preventivamente orçamentada, o que significa contemplar a construção e a manutenção regular, e assumida de forma repartida em função de uma hierarquização que separa o serviço público do privado ou seja, aquilo que é de serviço à comunidade é pago pelo público e aquilo que é de serviço local ou afecto a um agregado de vizinhança é pago pelo privado, mediante contratualização transparente e objectiva com base em dados concretos e públicos.

4.2 A situação da gestão do espaço público de vivência colectiva em Odivelas

4.2.1 A evolução do investimento em espaço público

A situação de partida, à data da criação do Município de Odivelas, era enormemente deficitária no respeitante a espaços públicos, designadamente espaços verdes em geral e de sociabilidade em particular. Recorrendo aos dados disponíveis, podemos referir, a nível municipal, a seguinte evolução do rácio (população considerada: 138.471 habitantes – fonte: projecção demográfica para Carta Educativa) em termos de espaços verdes tratados:

- Em 2001: inferior a 2 m²/habitante (fonte: Diagnóstico do Estado do Ambiente do Concelho de Odivelas – Universidade Nova de Lisboa, 2001);
- Em 2005: espaço verde de enquadramento estruturante: 3,41m²; parques e jardins: 2,36m² (fonte: SIGMO – 2009);
- Em 2009: espaço verde de enquadramento estruturante: 4,00m²; parques e jardins: 3,65m² (fonte: SIGMO – 2009).

Podemos assim verificar o enorme esforço de dotação de espaços verdes tratados em menos de dez anos. Este indicador não tem igual correspondência no respeitante a espaços públicos de sociabilidade que neste estudo se tratam, pois nunca estiveram disponíveis os respectivos dados.

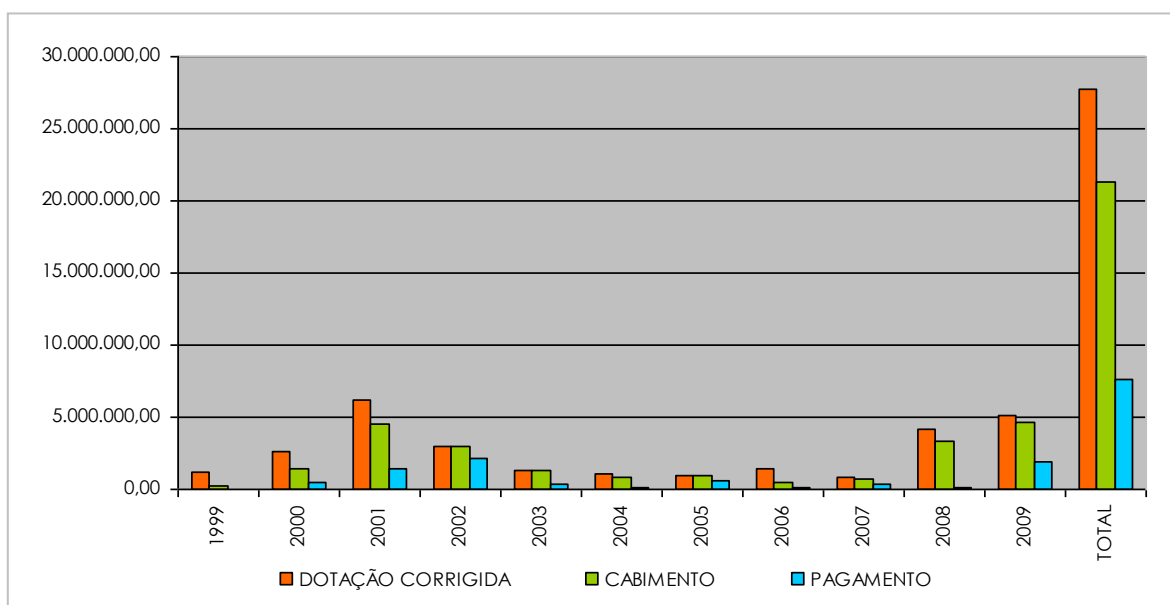
Entretanto, foi possível dispor de dados financeiros relativos a investimento em espaços verdes, os quais, em grande medida, comportam em si os espaços de sociabilidade. Para efeitos desta caracterização superficial, apuraram-se valores relativos à primeira década de exercício do Município de Odivelas, os quais se apresentam no quadro e gráfico seguintes.

Quadro 7 | Dados financeiros relativos a investimento em espaços verdes, de 1999 a 2009

ANO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTO	PAGAMENTO
1999	1.158.458,12	197.063,33	7.360,52
2000	2.594.037,94	1.390.881,90	443.599,29
2001	6.213.026,61	4.563.813,62	1.417.379,71
2002	3.016.879,81	2.991.101,12	2.157.320,08
2003	1.292.511,93	1.259.735,76	316.509,69
2004	1.045.569,48	790.737,08	123.280,64
2005	957.873,25	909.826,86	570.206,31
2006	1.394.236,41	481.580,21	92.260,99
2007	826.160,91	674.276,41	375.075,23
2008	4.129.586,46	3.354.968,87	150.835,02
2009	5.104.846,52	4.661.494,96	1.908.612,29
TOTAL	27.733.187,44	21.275.480,12	7.562.439,77

Fonte: DAJG/DPCF

Figura 21 | Evolução financeira relativo a investimento em espaços verdes, de 1999 a 2009



No período em apreciação a dotação orçamental para investimento municipal neste sector foi especialmente concentrada em 2001 e 2002 e depois em 2009, em resultado de prioridades estratégicas determinadas nos mandatos correspondentes. Por outro lado, verifica-se um diferencial sistemático entre a dotação orçamental, valor cabimentado e valor efectivamente pago, o qual é em geral radicalmente diferente do valor orçamentado no plano de actividades e orçamento. Tais circunstâncias de gestão financeira denunciam evidente ausência de informação que viabilize a adequada análise, planeamento e controlo financeiros.

Por outro lado, em resultado de condicionalismos vários, constata-se que a distribuição territorial desse esforço não é absolutamente equitativa. Por razões imperativas de lógica de gestão ou de financiamento e também de mercado, as áreas urbanas de génese legal têm vindo a ser objecto de melhor dotação que as de génese ilegal, apesar dos cuidados dedicados pelo Município a estas.

Constata-se pois que, apesar do esforço de desenvolvimento, a situação actual é ainda deficitária e de algo deficiente equidade face aos padrões de dotação genericamente recomendados.

4.2.2 A delegação das competências de gestão municipal do espaço público

Por outro lado, desde a sua criação, no Município de Odivelas fez-se a opção de delegar nas Juntas de Freguesia as competências de gestão operativa dos espaços públicos, designadamente as tarefas de conservação e manutenção regulares, sendo, para esse efeito, efectuadas anualmente transferências financeiras do orçamento da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia.

Essa delegação de competências e transferência financeira faz-se ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, revisto e celebrado anualmente, com especificação já mesmo a períodos semestrais no caso presente do protocolo celebrado para 2011.

Neste ponto e por falta de âmbito especificamente coincidente com o objecto do presente estudo, vamos aprofundar o enquadramento de contratualização, mediante protocolo de delegação de competências, para a manutenção e conservação das zonas verdes e espaços ajardinados, assim identificados na alínea c) do ponto 1., do artº 1º do Protocolo, por ser o que mais se associa com o presente objecto porque em regra neles se integra.

O artigo 4º estabelece que os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas (...) e relativos à manutenção e conservação das zonas verdes e espaços ajardinados, assim como a conservação do mobiliário urbano nelas integrado, são fixados do seguinte modo (resumidamente):

a) Até ao final do ano 2004, em função dos recursos humanos necessários (...), tendo em conta o seguinte quadro de pessoal: nº de jardineiros atribuído a cada freguesia em função da respectiva população dada pelo Censos 2001;

b) A partir de 1 de Janeiro de 2005 em função da área de zona verde a tratar, nomeadamente do material vegetal incluído, equipamento existente e revestimentos inertes. Dado que o critério referido na alínea a), aplicável até 2004, já deixou de vigorar, vamos observar o critério referido na alínea b) que desde 2005 passou a vigorar.

Refere o ponto 3. do artigo 4º que o Município de Odivelas e as Juntas de Freguesia definirão, em conjunto, semestralmente, quais as zonas verdes e respectivo valor a transferir, calculado com base nos critérios definidos no Anexo III ao Protocolo.

O artigo 13º estabelece cláusulas que salvaguardam a aceitação mútua de requisitos qualitativos dos espaços, seus equipamentos e eventuais serviços complementares associados.

O artigo 16º refere que as Juntas de Freguesia devem prestar informação ao Município, de forma sistemática, que permita a avaliação da execução do Protocolo. Refere ainda que o Município de Odivelas prestará apoio técnico às Juntas de Freguesia para a execução do Protocolo, sempre que tal seja solicitado.

O Anexo III define os seguintes critérios para determinação do custo de manutenção de espaços verdes:

- Material vegetal (relvados, árvores, arbustos e herbáceas)
- Equipamento (rega, mobiliário urbano, material lúdico)
- Revestimentos inertes (permeáveis, semi-permeáveis e impermeáveis)

Para cada um dos elementos referidos é atribuída uma classificação em três níveis (1 a 3) em função das respectivas exigências e custos de manutenção.

Finalmente, registamos as seguintes notas sintomáticas que extraímos dos considerandos preliminares do Protocolo, designadamente e de forma resumida:

- a) ... assume-se que a experiência anterior recomenda a um continuado aperfeiçoamento do protocolo no respeitante às condições de apoio a prestar à boa execução do mesmo;
- b) ... constata-se a necessidade de melhorar a objectividade de actuação no exercício das competências delegadas e de melhorar os meios de racionalização dos recursos financeiros dedicados;
- c) ... em face do dever de boa gestão da coisa pública, a necessidade de produzir informação quantitativa e qualitativa que permita a transparente e sustentável gestão.

4.3 Diagnóstico da gestão operativa dos espaços públicos de vivência colectiva

Em termos gerais, a situação da oferta de espaços públicos de vivência colectiva é bem mais satisfatória do que há dez anos atrás mas há ainda bastante a fazer quer ao nível do ordenamento e desenvolvimento da rede propriamente dita quer ao nível da estruturação de um sistema para a sua eficiente gestão e sustentabilidade.

Podemos assim concluir os seguintes traços fortes que caracterizam a gestão do sector no município de Odivelas:

- a) Embora ainda de forma empírica, denotam-se carências e desequilíbrios na cobertura geográfica da rede;
- b) Sinais que revelam algum défice de qualificação técnico-profissional nas acções de conservação e manutenção, apesar do empenhamento e algum voluntarismo;
- c) Embora ainda sem dados totalmente demonstrativos, denotam-se, entre freguesias, diferenciais de aplicação neste sector no respeitante a índices de investimento e de prioridades de actuação;

- d) Debilidades no sistema de conhecimento, controlo e reporte de gestão. Nem Juntas de Freguesia nem o Município de Odivelas dispõem de informação sistematizada (dados quantitativos de materiais, de trabalho, de consumo, de custos, etc.) que permita análise económico-financeira;
- e) Oscilação na dotação orçamental para o sector, conduzindo a picos geradores de desequilíbrio orçamental.

A anterior e sintética análise da situação leva-nos a identificar o seguinte conjunto de medidas fundamentais com vista à melhoria da eficiência de gestão e da qualidade dos resultados para um melhor serviço à população:

- I) Com base nos dados do Censos 2011, efectuar a rigorosa e estruturada avaliação dos níveis de procura e de oferta com vista a proceder, primeiramente e por razões de equidade territorial, à programação do projecto e investimento para equilibrar a cobertura geográfica, seguidamente, então, promover a elevação ponderadamente generalizada do nível de oferta;
- II) Sendo evidente que às Juntas de Freguesia será difícil dotarem-se de recursos humanos técnicos suficientemente habilitados, recomenda-se que a Câmara Municipal dedique serviços técnicos vocacionados de apoio àquelas nas acções de conservação e manutenção;
- III) Uma vez que é do Orçamento do Município de Odivelas que sai a grande parte da dotação financeira para o sector, recomenda-se a definição de contratualização de objectivos ou parâmetros de investimento e dotação de recursos de actuação;
- IV) Com vista a alcançar um modelo de gestão com capacidade de análise que permita a definição de uma estratégia de gestão objectiva, recomenda-se a criação de um modelo de dados quantitativos (materiais, trabalho, consumo, custos, etc.) e sistema de indicadores específicos do sector;
- V) Com vista a alcançar um modelo de gestão económica e financeiramente sustentável no quadro geral do orçamento municipal, na elaboração do Plano de Actividades e Orçamento recomenda-se o princípio da integração e plurianualidade orçamental e a contemplação inequívoca dos custos de conservação e manutenção para além dos custos de investimento em novas obras.

Referências bibliográficas

ANDRADE, L.; JAYME J.; ALMEIDA R., 2009, *Espaços Públicos*. Novas sociabilidades, novos controles, Cadernos Metrôpoles, n.º 21 (Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/5959/4313>), pp-131-153.

ARAÚJO, L., 2007, *Avaliação de Espaços Públicos*. O caso de duas praças no concelho de Caminha, Universidade do Minho (Tese de Mestrado em Engenharia Municipal).

BARROS, José da Cunha, 2010, "Turismo e lazer: sedução e cultura da diferença em espaços públicos urbanos", in *Arte pública e cidadania – Novas leituras da Cidade Criativa*, 1.ª Edição, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp-139-152.

BORJA, Jordi, 2000, *Fazer cidade na cidade actual. Centros e espaços públicos como oportunidades*, in BRANDÃO, Pedro [Coord.] *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRANDÃO, Pedro, 2000, *Profecias e profissões de fé sobre o design urbano* in BRANDÃO, Pedro [Coord.] *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRANDÃO, Pedro, 2002, *O Chão da cidade*. Guia de avaliação do design do espaço público, edição, Lisboa, Centro Português de Design.

BRANDÃO, Pedro, 2008, *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Base de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público, Lisboa, DGOTDU, Série Política de Cidades.

BRANDÃO, Pedro, 2011, *O sentido da cidade*. Ensaios sobre o mito da imagem como Arquitectura. Lisboa, Livros Horizonte.

BRUNS-BERENTELG, J.; Eisinger, A.; KOHLER, M.; MENZL, M., 2010, *HafenCity Hamburg*. Places of urban encounter between metropolis and neighborhood, Springer-Verlag/Wien, Áustria.

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIEVLAS, 2007, *Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins* in Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Odivelas, CMO [Março].

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIEVLAS, 2009, *Plano Director Municipal de Odivelas*. Volume 4.2 – Caracterização do Território: Estrutura e Funções Sociais, Odivelas, CMO.

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIEVLAS, 2010, *Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia* in Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Odivelas, CMO, [Dezembro].

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIEVLAS, 2010, *Regulamento de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano* in Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Odivelas, CMO [Junho].

DELGADO, Manuel, 2011, *El espacio público como ideologia*, Madrid, Catarata, N.º 363.

FERREIRA, M., 2009, *Espaço Público e Estatuária*. Diagnóstico de Vivências e Composição Urbanística, Universidade do Minho (Tese de Mestrado em Engenharia Municipal).

FORTUNA, Carlos, 2005, "Cidade e cidadania: perspectivas sociológicas sobre espaços públicos urbanos" (Comunicação apresentada no Congresso da Cidadania, Açores, Abril 2005)

FRANCISCO, Marlene Duarte (2005), *Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*» (Comunicação apresentada no X Colóquio Ibérico de Geografia).

FURTADO, Emanuel António, 2008, *O papel do espaço público na estruturação do tecido urbano*. O caso de Tira Chapéu – Cidade da Praia, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Memória monográfica para a obtenção de grau de Licenciado em Arquitectura).

Instituto Nacional de Estatística, 1991, *Censos 1991: resultados definitivos*. XII recenseamento geral da população, Lisboa, I.N.E.

Instituto Nacional de Estatística, 2001, *Censos 2001: resultados definitivos*. XIV recenseamento geral da população, Lisboa, I.N.E.

Instituto Nacional de Estatística, 2011, *Censos 2011: Resultados Preliminares*. XV Recenseamento Geral da população, Lisboa, I.N.E.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck – "A reconquista dos espaços públicos: um processo urbano e social" (Comunicação apresentada no Seminário de Arquitectura Latinoamericana, México, 2005)~

LOPES, A. (1999). Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais, nº 83, Ano 8, Instituto Politécnico de Setúbal (Resumo disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=83&doc=7773&mid=2>)

MARQUES, Carlos Almeida, 2010, "Espaço público, comércio e arte pública", in *Arte pública e cidadania – Novas leituras da Cidade Criativa*, 1.ª Edição, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp-122-138.

MILES, Malcolm, 2000, *Depois do domínio público: espaços de representação, transição e pluralidade* in BRANDÃO, Pedro [Coord.] *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

PORTAS, Nuno, 2003, *Espaço público e cidade emergente – os novos desafios* in BRANDÃO, P., REMESAR, A., *Design de espaço público: deslocação e proximidade*, Lisboa, Centro Português de Design.

REGATÃO, José Pedro, 2010, *Arte pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano*, 2.ª edição, Books on Demand.

REMESAR, Antoni, 2000, *Waterfronts, arte pública e cidadania* in BRANDÃO, Pedro [Coord.] *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

SALGUEIRO, Teresa Barata, 1992, *A Cidade em Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento.

SERDOURA, F.; SILVA, F., 2006, *Espaço Público*. Lugar de Vida Urbana, Engenharia Civil, Universidade do Minho, número 27 (Disponível em: http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num27/n_27_pag_5-16.pdf), pp-5-16.

SILVA, A.; LAY, M., 2009, *O Lazer quotidiano*. Sociabilidade e dinâmica de apropriação de espaços públicos urbanos, (VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM); "Diversidad y poder en América Latina" Buenos Aires, Argentina 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009)

SILVANO, Filomena, 2001, *Antropologia do espaço*. Uma introdução, Oeiras, Celta Editora.

Secção A Peças cartográficas

Secção B Fichas de caracterização dos espaços exteriores de vivência colectiva

Secção C Anexos